

ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS TOLEDO-PR
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

SANDRO RICARDO REIS

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS
SETORES DA ECONOMIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Toledo - Pr

2024

SANDRO RICARDO REIS

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS
SETORES DA ECONOMIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer.
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt.

Toledo

2024

SANDRO RICARDO REIS

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS
SETORES DA ECONOMIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Moacir Piffer.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo (UNIOESTE)

Prof. Dr. Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo (UNIOESTE)

Prof^ª. Dr^ª. Mirian Beatriz Schneider.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo (UNIOESTE)

Prof. Dr. Flavio de Matos Rocha.
Parque Tecnológico de Itaipu

Prof. Dr. Cristian Jair Paredes Aguilar.
Parque Tecnológico de Itaipu

Toledo

2024

AGRADECIMENTOS

“A sabedoria oferece proteção, como o que faz o dinheiro; mas a vantagem do conhecimento é esta: a sabedoria preserva a vida de quem a possui.”

Eclesiastes 7:12

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por guiar meus passos e não permitir que eu desistisse com os contratemplos no caminho. Depois, agradeço a minha família, que foi, é e sempre será a minha base mais sólida.

Agradeço todo o apoio, disposição, paciência e compreensão, do meu estimado orientador Prof. Dr. Moacir Piffer, a quem serei sempre grato por compartilhar todo seu conhecimento, sabedoria e experiência e, antes de tudo, por ser um ser humano inigualável.

Agradeço, também, ao meu coorientador, Prof. Dr. Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt, por toda disposição e apoio.

Registro aqui também, todo meu agradecimento à minha banca de qualificação, Prof^a Dr^a Mirian Beatriz Schneider, a quem, desde o primeiro dia em que estive em sua aula, tenho total admiração e respeito. Estendo minha gratidão ao professor Dr. Flavio de Matos Rocha e ao professor Dr. Cristian Jair Paredes Aguilar, que aceitaram o convite para a banca.

Agradeço também, a todo corpo docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, que não medem esforços e sempre estão a disposição dos acadêmicos. Agradeço também toda equipe de apoio, principalmente à Debora Elisa Saling, que nos auxiliou diariamente da melhor forma possível.

Aos meus irmãos, Sidney, Salete, Sérgio e Thiago, me faltam palavras para agradecer todo apoio, força e incentivo. Aos meus pais, Valdomiro e Doralice, serei eternamente grato por tudo. Agradeço aos meus afilhados, Miguel, Emilly, Arthur e Joaquim, que são um sopro de ânimo, esperança e amor à quem os cercam.

Por fim, agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro recebido.

Muito obrigado!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	3
1.2 OBJETIVOS GERAIS	4
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 COOPERATIVISMO E SEUS PRINCÍPIOS.....	5
2.2 INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	6
2.3 CONSEQUÊNCIAS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NAS CADEIAS PRODUTIVAS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	8
2.4 CONTRIBUIÇÕES DE DOUGLASS NORTH PARA MELHOR COMPREENSÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA DE CRÉDITO.....	12
2.5 REFERÊNCIAS ADICIONAIS NO CAMPO DO COOPERATIVISMO, AGRONEGÓCIO E ECONOMIA REGIONAL.	15
2.5.1 O COOPERATIVISMO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA REGIONAL	16
2.5.2 AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
2.5.3 INTER-RELAÇÕES ENTRE COOPERATIVISMO, AGRONEGÓCIO E ECONOMIA REGIONAL	17
2.5.4 A TEORIA DO HABITUS DE PIERRE BOURDIEU E O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	18
2.5.5 PAUL SINGER E A VALORIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO	20
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1 OBJETIVOS DA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS SETORES DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	24
3.2 REGIÃO OESTE PARANAENSE	25
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS SETORES DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	27
3.3.1 CONSEQUÊNCIAS NO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	29
3.3.2 CONSEQUÊNCIAS NO SETOR DE EMPREGO E RENDA.....	30
3.3.3 IMPLICAÇÕES DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	32
3.3.4 COOPERAÇÃO ENTRE SETOR PÚBLICO E COOPERATIVAS DE CRÉDITO	33
3.4 CENÁRIO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE	35
3.5 COOPERATIVISMO PARANAENSE: FATURAMENTO	39
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS	41
4.1 INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO, CRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	

VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO NAS INSTITUIÇÕES E NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
4.2 INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NAS INSTITUIÇÕES.....	43
4.3 CONSEQUÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	45
4.3.1 CONSEQUÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES REGULATÓRIAS E AMBIENTAIS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	48
4.4 RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA ..	50
4.5 PAPEL DO CRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO	52
4.5.1 O PAPEL DO CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO.....	55
4.5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO.....	56
4.6 INTEGRAÇÃO ENTRE CRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	57
4.7 CONSEQUÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	58
4.7.1 CONTRIBUIÇÃO DIRETA PARA O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	59
4.8 CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	62
4.9 SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTABILIDADE ECONÔMICA	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal, analisar o cooperativismo de crédito e sua influência no desenvolvimento do agronegócio; Como objetivo específico, mostrar como o cooperativismo de crédito age de forma ativa na economia da região oeste do Paraná; mostrar sua essência e seu desenvolvimento ao longo dos anos, e sua evolução até os dias atuais; A base para idealizar essa pesquisa foi mostrar de forma objetiva o que é o cooperativismo de crédito como um todo; seus ideais, seus princípios e sua organização. O cooperativismo de crédito está presente no cotidiano dos paranaenses, à muitos anos, porém, parte da população não tem uma visão e conhecimento claros à respeito.

Palavras-chave: cooperativismo de crédito; economia; desenvolvimento; agronegócio.

ABSTRACT

The main objective of the research is to analyze credit cooperativism and its influence on the development of agribusiness; As a specific objective, to show how credit cooperatives were active in the economy of the western region of Paraná; show its essence and its development over the years, and its evolution to the present day; The basis for creating this research was to objectively show what credit cooperatives as a whole are; its ideals, its principles and its organization. Credit cooperatives have been present in the daily lives of people from Paraná for many years, however, part of the population does not have a clear vision and knowledge about it.

Keywords: credit cooperatives; economy; development; agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito tem se consolidado como uma importante alternativa financeira em diversas regiões do mundo, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico e social. No Brasil, as cooperativas de crédito vêm ganhando destaque não apenas por sua função financeira, mas também por sua capacidade de fomentar a inclusão e o desenvolvimento regional. Este é especialmente o caso na Região Oeste do Paraná, onde o cooperativismo de crédito tem mostrado um impacto significativo em diversos setores da economia local.

Douglass North, economista laureado com o Prêmio Nobel, oferece uma perspectiva fundamental para a compreensão do papel das instituições na economia. Em sua obra seminal *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990), North argumenta que as instituições são essenciais para a definição das regras do jogo econômico e para a formação do desempenho econômico ao longo do tempo. Ele sustenta que as instituições moldam o comportamento econômico, influenciam as decisões e, conseqüentemente, afetam o crescimento e o desenvolvimento das regiões (North, 1990).

A Região Oeste do Paraná é um exemplo notável de como o cooperativismo de crédito pode ser uma força transformadora. Essa região, conhecida por sua forte vocação agrícola e por ser um polo de desenvolvimento econômico, tem visto um crescimento notável nas cooperativas de crédito, que têm impactado diversos setores da economia local. O cooperativismo de crédito tem promovido a inclusão financeira, facilitado o acesso ao crédito e impulsionado o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (SEBRAE, 2023).

O impacto das cooperativas de crédito na economia regional pode ser analisado através de diversos ângulos. Em primeiro lugar, essas instituições oferecem uma alternativa viável aos bancos tradicionais, especialmente em áreas onde o acesso ao crédito é limitado. Elas promovem uma maior inclusão financeira e apoiam o empreendedorismo local, contribuindo para o crescimento de setores chave, como a agricultura e o comércio (Mendonça & Silva, 2021). Além disso, as cooperativas de crédito tendem a reinvestir seus recursos na própria comunidade, o que fortalece a economia local e promove um desenvolvimento mais sustentável (Oliveira & Santos, 2022).

Os efeitos do cooperativismo de crédito na Região Oeste do Paraná são evidentes em vários aspectos. A presença de cooperativas tem proporcionado melhores condições de financiamento para pequenos agricultores e empreendedores, facilitando a modernização dos processos produtivos e o acesso a novas tecnologias. Isso resulta em aumentos de produtividade

e competitividade no setor agrícola, um pilar essencial da economia regional (Pereira et al., 2022). Além disso, o cooperativismo tem contribuído para a estabilidade econômica da região ao diversificar as fontes de financiamento e reduzir a dependência de grandes instituições financeiras (Almeida, 2023).

Este estudo visa analisar detalhadamente a influência do cooperativismo de crédito nos setores da economia da Região Oeste do Paraná, destacando os impactos econômicos e sociais gerados por essas instituições. A pesquisa busca compreender como o cooperativismo tem contribuído para o desenvolvimento econômico da região, avaliando tanto os benefícios diretos quanto as possíveis limitações e desafios enfrentados pelas cooperativas locais.

Essa introdução estabelece uma base para a análise do impacto das cooperativas de crédito na Região Oeste do Paraná, alicerçada na teoria econômica de Douglass North e em estudos recentes sobre o tema.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A região do oeste do Paraná, conhecida por sua extensa área rural, produção agrícola significativa e notável dinâmica cooperativista, levanta a questão do papel desse modelo econômico para o desenvolvimento do agronegócio. Este problema de pesquisa busca analisar a diversificação econômica na região, explorar qual a parcela que o sistema cooperativista de crédito tem no que diz respeito à contribuição e incentivo para o desenvolvimento do agronegócio regional. Para embasar essa investigação, serão utilizadas citações diretas e indiretas de referências teóricas pertinentes. A presente pesquisa traz como problema, o seguinte questionamento: "Qual a contribuição do modelo cooperativista de crédito para o desenvolvimento do agronegócio na região oeste do Paraná?"

O cooperativismo de crédito tem ganhado destaque como alternativa ao sistema bancário tradicional, especialmente em contextos regionais e locais. Essas instituições, conhecidas como cooperativas de crédito, são formadas por associados que compartilham interesses comuns e colaboram para obter melhores condições financeiras e serviços personalizados.

As cooperativas de crédito têm se consolidado como um importante pilar no desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Atuando como intermediárias financeiras, essas cooperativas oferecem acesso a crédito de forma mais acessível, principalmente para pequenos e médios produtores rurais, que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter financiamento nos bancos tradicionais.

Uma das consequências positivas das cooperativas de crédito no agronegócio pode ser comprovada por estudos como o realizado pelo Banco Central do Brasil (2021), que destaca a expansão do crédito rural por meio dessas cooperativas e a sua contribuição para a sustentabilidade financeira dos produtores rurais. Outras pesquisas, como a de Gassen et al. (2020), demonstram que o acesso facilitado ao crédito nas cooperativas tem sido decisivo para o fortalecimento econômico das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Esses fatores reforçam a importância das cooperativas de crédito no cenário do agronegócio, mostrando que elas não apenas financiam a produção, mas também estimulam o desenvolvimento rural, a inovação e a sustentabilidade, contribuindo para a competitividade do Brasil no mercado global.

1.2 OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência do cooperativismo de crédito nos diversos setores da economia na região oeste do Paraná. Busca-se compreender como as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento econômico regional, especialmente em setores como o agronegócio, comércio e serviços, avaliando seu papel na promoção da inclusão financeira, no fortalecimento das pequenas e médias empresas e na dinamização das atividades econômicas locais.

Este estudo se fundamenta em pesquisas que destacam a importância das cooperativas de crédito no contexto regional. De acordo com o estudo de Bialoskorski Neto (2019), as cooperativas de crédito são agentes cruciais na economia local, promovendo o acesso ao crédito e incentivando o desenvolvimento sustentável. Além disso, o trabalho de Rodrigues e Silveira (2020) enfatiza o papel dessas cooperativas na integração dos setores econômicos, criando uma rede de apoio financeiro que favorece o crescimento econômico equilibrado e inclusivo.

Com base nessas referências, a pesquisa pretende explorar as interações entre o cooperativismo de crédito e os diferentes setores econômicos na região, investigando como essa relação contribui para o desenvolvimento socioeconômico, a redução das desigualdades e a sustentabilidade econômica no oeste paranaense.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência do cooperativismo nos setores da economia na região oeste do Paraná. Considerando a relevância das cooperativas nessa região, pretende-se compreender as consequências do cooperativismo de crédito nos diferentes setores econômicos locais. Para isso, serão estabelecidos três objetivos de pesquisa:

a-) Avaliar o papel das cooperativas de crédito na geração de empregos e renda na região.

O cooperativismo pode desempenhar um papel fundamental na geração de empregos e renda na economia local. Este objetivo visa investigar de que forma essas cooperativas contribuem para a criação de postos de trabalho e para o aumento da renda dos trabalhadores.

b-) investigar a influência dessas cooperativas na cadeia produtiva da região;

Este objetivo tem o propósito de compreender de que forma as cooperativas influenciam a cadeia produtiva local.

c-) verificar as consequências do cooperativismo de crédito no desenvolvimento socioeconômico da região.

O cooperativismo pode desempenhar um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Este objetivo visa analisar os impactos sociais e econômicos do cooperativismo na região oeste do Paraná.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica que compõe este capítulo concentra-se em conceituar as três concepções que permeiam este trabalho: Avaliar o papel das cooperativas de crédito na geração de empregos e renda na região; investigar a influência dessas cooperativas na cadeia produtiva da região e investigar a influência dessas cooperativas na cadeia produtiva da região oeste do Paraná. Como principal base teórica, foram utilizados na pesquisa os conceitos e contribuições de Douglass North, renomado economista e historiador norte-americano.

2.1 COOPERATIVISMO E SEUS PRINCÍPIOS

O cooperativismo é um movimento socioeconômico baseado na união voluntária de pessoas em busca de objetivos comuns, como a promoção do bem-estar econômico e social de seus membros. Fundamentado em princípios universais, o cooperativismo diferencia-se de outras formas de organização empresarial por seu compromisso com valores como a democracia, a equidade e a solidariedade.

Os princípios do cooperativismo foram originalmente formulados pelos pioneiros de Rochdale, em 1844, e continuam a guiar as cooperativas ao redor do mundo. Entre os mais importantes, destaca-se o princípio da adesão voluntária e livre, que garante que qualquer pessoa disposta a cumprir as responsabilidades de um membro cooperativista possa participar, sem discriminação (International Co-operative Alliance, 1995). Outro princípio fundamental é o controle democrático pelos membros, onde cada associado possui um voto, independentemente de sua contribuição de capital, assegurando uma gestão participativa e inclusiva.

Além disso, as cooperativas são caracterizadas pelo interesse pela comunidade, com foco em promover o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus membros (Schneider, 2017). Esse princípio ressalta a responsabilidade das

cooperativas em atuar não apenas em benefício de seus associados, mas também no desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que estão inseridas.

Os estudos de Birchall (2013) sobre a resiliência das cooperativas destacam que a aplicação rigorosa desses princípios é fundamental para sua longevidade e sucesso. Birchall (2013) argumenta que as cooperativas, ao seguirem esses princípios, conseguem criar um modelo de negócios que não apenas gera lucro, mas também promove a justiça social e a sustentabilidade.

Dessa forma, fica em evidência que seus princípios são mais do que diretrizes operacionais; são a base sobre a qual as cooperativas constroem sua identidade e capacidade de impactar positivamente a sociedade, diferenciando-se significativamente de outras formas de organização empresarial.

2.2 INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O cooperativismo de crédito desempenha um papel fundamental na economia, especialmente na geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a inclusão financeira em diversas regiões. As cooperativas de crédito, por sua natureza cooperativa e social, se diferenciam dos bancos tradicionais ao priorizarem o bem-estar econômico dos seus membros e das comunidades em que estão inseridas.

A inclusão financeira é um dos principais vetores através dos quais o cooperativismo de crédito influencia a geração de emprego e renda. De acordo com Soares (2018), as cooperativas de crédito facilitam o acesso a serviços financeiros em regiões onde os bancos tradicionais têm pouca ou nenhuma presença, como áreas rurais e comunidades de baixa renda. Essa inclusão financeira não apenas permite que pequenos empreendedores e produtores rurais acessem crédito, mas também promove o desenvolvimento de novos negócios, criando um ciclo positivo de geração de emprego e renda.

Estudos como o de Bastos et al. (2020) evidenciam que as cooperativas de crédito têm uma compreensão mais profunda das necessidades locais e, portanto, são capazes de oferecer produtos financeiros mais adequados à realidade econômica das regiões onde atuam. Esse ajuste fino na oferta de crédito, muitas vezes ignorado pelos grandes bancos, permite que as cooperativas financiem atividades que geram emprego, como o pequeno comércio, a agricultura familiar e as microempresas.

Além de promover a inclusão financeira, as cooperativas de crédito também geram

emprego diretamente, tanto dentro das próprias cooperativas quanto indiretamente nas comunidades que atendem. Santos e Oliveira (2019) destacam que o crescimento das cooperativas de crédito, especialmente em regiões onde a oferta de emprego é limitada, pode ser um motor importante para a criação de novos postos de trabalho. Essas cooperativas contratam localmente, o que não apenas cria empregos diretos, mas também fortalece a economia local, gerando demanda por outros serviços e produtos na comunidade.

Por outro lado, a injeção de crédito na economia local por meio das cooperativas estimula o crescimento de pequenas e médias empresas, que por sua vez contratam mais trabalhadores, gerando emprego indireto. Um estudo de Costa e Silva (2017) sobre o impacto das cooperativas de crédito no nordeste do Brasil revela que para cada R\$ 1 milhão concedido em crédito por cooperativas, há um aumento significativo no número de empregos gerados nas micro e pequenas empresas.

Outro aspecto importante é a contribuição do cooperativismo de crédito para a estabilidade econômica das regiões em que atua. Por serem instituições financeiras controladas pelos próprios membros, as cooperativas de crédito têm um compromisso maior com a sustentabilidade econômica e social a longo prazo. Segundo Catoia et al. (2021), durante períodos de crise econômica, as cooperativas de crédito tendem a manter ou até aumentar a oferta de crédito, ao contrário dos bancos tradicionais que frequentemente reduzem suas operações nessas situações. Esse comportamento contracíclico é crucial para a manutenção de empregos e a estabilidade da renda nas comunidades afetadas.

A pesquisa de Nogueira e Cardoso (2022) também aponta que as cooperativas de crédito desempenham um papel estabilizador no mercado de trabalho, pois, ao manterem o fluxo de crédito durante crises econômicas, evitam que empresas locais precisem demitir funcionários ou fechar suas portas. Essa estabilidade contribui para a manutenção da renda das famílias e para a redução da vulnerabilidade social, especialmente em áreas economicamente mais frágeis.

As cooperativas de crédito também contribuem para a redução das desigualdades sociais, um efeito que tem implicações diretas na geração de emprego e renda. Ao priorizarem o acesso ao crédito para segmentos da população que tradicionalmente enfrentam barreiras financeiras, como agricultores familiares, mulheres e jovens empreendedores, as cooperativas ampliam as oportunidades de geração de renda para grupos historicamente marginalizados. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015), as cooperativas de crédito têm sido eficazes em promover a equidade e a inclusão, fortalecendo as economias locais e criando um ambiente mais propício ao crescimento inclusivo.

A literatura também destaca o as consequências positivas das cooperativas de crédito na educação financeira dos seus membros. Andrade et al. (2018) ressaltam que o envolvimento dos membros no processo decisório e a transparência das operações das cooperativas promovem uma melhor compreensão dos princípios de gestão financeira entre os associados. Isso, por sua vez, leva a uma melhor utilização do crédito, reduzindo inadimplências e aumentando a eficiência econômica, o que resulta em maior geração de renda.

Assim, observa-se que essas instituições desempenham um papel essencial no desenvolvimento econômico sustentável, especialmente em regiões onde o acesso ao crédito é limitado. Ao promover a inclusão financeira, gerar empregos diretos e indiretos, estabilizar a economia local e reduzir desigualdades sociais, as cooperativas de crédito se afirmam como atores fundamentais na construção de uma economia mais justa e equilibrada.

2.3 CONSEQUÊNCIAS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NAS CADEIAS PRODUTIVAS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O cooperativismo de crédito tem se mostrado um agente transformador das cadeias produtivas, especialmente em regiões como o oeste do Paraná, onde a agricultura, a agroindústria e o comércio são motores essenciais da economia. Também tem se consolidado como uma das principais forças propulsoras do desenvolvimento econômico nas cadeias produtivas da região Oeste do Paraná. Essa modalidade de cooperativismo não apenas proporciona acesso facilitado ao crédito para pequenos e médios produtores, mas também desempenha um papel crucial na sustentabilidade econômica e social dessas cadeias produtivas, promovendo o desenvolvimento local de forma equitativa e inclusiva. As cooperativas de crédito desempenham um papel vital ao fornecer acesso a financiamento, promovendo a inclusão financeira e incentivando práticas sustentáveis, o que resulta em diversas consequências positivas para as cadeias produtivas locais. Este capítulo examina as principais consequências do cooperativismo de crédito para essas cadeias, explorando como ele contribui para o fortalecimento econômico, a modernização das atividades produtivas, a melhoria da competitividade e a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Uma das principais consequências do cooperativismo de crédito nas cadeias produtivas da região oeste do Paraná é o fortalecimento econômico dessas cadeias, principalmente no setor agroindustrial. As cooperativas de crédito proporcionam acesso ao financiamento em condições mais favoráveis do que as oferecidas por bancos tradicionais, permitindo que pequenos e médios produtores invistam em infraestrutura, tecnologia e insumos agrícolas. Conforme

relatado por Oliveira e Guimarães (2020), esse acesso ao crédito é essencial para a expansão da produção, aumento da produtividade e integração dos produtores locais nas cadeias globais de valor.

Segundo Alves e Lima (2017), o cooperativismo de crédito tem uma função essencial no fortalecimento das economias regionais, especialmente em áreas rurais. Segundo ele, as cooperativas de crédito possibilitam o acesso a recursos financeiros que, de outra forma, estariam inacessíveis para pequenos produtores, especialmente em regiões onde o sistema bancário tradicional não possui forte penetração. Alves e Lima (2017) argumentam que "o cooperativismo de crédito atua como um catalisador do desenvolvimento local, ao fornecer o suporte financeiro necessário para que os pequenos empreendimentos agrícolas possam crescer e se modernizar, contribuindo diretamente para a sustentabilidade das cadeias produtivas".

O fortalecimento das cadeias produtivas também se dá por meio da integração dos diversos elos que as compõem. As cooperativas de crédito, ao facilitarem o acesso ao crédito e promoverem a cooperação entre produtores, processadores e distribuidores, contribuem para a criação de redes de colaboração. Esse fenômeno é especialmente importante no oeste do Paraná, onde a cooperação entre os membros das cadeias produtivas pode levar a uma melhor coordenação das atividades, redução de custos e maior eficiência na produção e comercialização dos produtos. Bialoskorski Neto (2019) destaca que essa integração, promovida pelas cooperativas de crédito, é fundamental para a resiliência e sustentabilidade das cadeias produtivas na região.

A importância da governança eficiente das cooperativas de crédito é reforçada por Piffer (2015), sublinhando que a transparência e a participação democrática dos membros são fundamentais para o sucesso dessas organizações. Ele aponta que "a governança nas cooperativas de crédito deve ser pautada pela confiança e pela participação ativa de todos os associados, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma democrática e que os resultados sejam distribuídos de maneira justa entre os membros" (PIFFER, 2015, p. 84). Essa estrutura de governança fortalece as cadeias produtivas locais, uma vez que os membros das cooperativas sentem-se mais engajados e comprometidos com o sucesso coletivo, o que, por sua vez, gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico.

Outra consequência importante do cooperativismo de crédito nas cadeias produtivas da região oeste do Paraná é a modernização e a inovação tecnológica. As cooperativas de crédito não apenas fornecem recursos financeiros para investimentos em tecnologia, mas também incentivam a adoção de práticas agrícolas modernas e sustentáveis, que aumentam a eficiência e a competitividade dos produtores locais. Segundo Lima e Souza (2018), o acesso ao crédito

facilitado pelas cooperativas permite que os produtores invistam em maquinário, sistemas de irrigação, biotecnologia e outras inovações que são cruciais para a competitividade no mercado global.

A modernização das cadeias produtivas impulsionada pelo cooperativismo de crédito, também se reflete na introdução de novas técnicas de gestão e comercialização. Conforme observado por Rodrigues et al. (2017), as cooperativas de crédito oferecem, além de financiamento, suporte técnico e orientação sobre boas práticas de gestão, o que contribui para a profissionalização dos produtores e a melhoria da qualidade dos produtos. Essa modernização é crucial para que as cadeias produtivas da região oeste do Paraná possam competir em mercados exigentes e em constante evolução, tanto no Brasil quanto no exterior.

O aumento da competitividade das cadeias produtivas é uma consequência direta do apoio das cooperativas de crédito. Ao facilitar o acesso ao crédito e incentivar a modernização, as cooperativas ajudam os produtores a alcançar maior eficiência produtiva, reduzir custos e melhorar a qualidade de seus produtos. Isso é particularmente importante em um cenário onde a globalização e a abertura de mercados exigem que os produtores locais se adaptem rapidamente às demandas do mercado internacional. Conforme destacado por Rocha e Silva (2020), as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial na expansão dos mercados para os produtos da região oeste do Paraná, apoiando os produtores na certificação de produtos e no cumprimento de padrões internacionais.

Segundo Galante, "as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial na inclusão financeira, oferecendo a pequenos produtores e empresários rurais acesso a serviços financeiros que, tradicionalmente, estariam fora do seu alcance" (GALANTE, 2017, p. 93). Essa inclusão financeira é especialmente relevante na região Oeste do Paraná, onde a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos são predominantes. O acesso ao crédito permite que esses produtores invistam em tecnologias, insumos e processos produtivos mais eficientes, elevando a competitividade das cadeias produtivas locais e garantindo a sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, as cooperativas de crédito têm um papel significativo na promoção do acesso a novos mercados por meio de parcerias estratégicas e apoio à exportação. Segundo Castro e Pereira (2021), as cooperativas de crédito muitas vezes atuam como facilitadoras do comércio exterior, ajudando os produtores locais a superar barreiras logísticas e regulatórias, o que resulta em uma maior inserção dos produtos da região em mercados internacionais.

O desenvolvimento sustentável é outra consequência significativa do cooperativismo de crédito nas cadeias produtivas da região oeste do Paraná. As cooperativas de crédito, ao

promoverem o acesso ao crédito com condições diferenciadas para práticas sustentáveis, incentivam os produtores a adotar tecnologias e métodos de produção que minimizam o impacto ambiental e promovem a conservação dos recursos naturais. Schneider (2017) enfatiza que as cooperativas de crédito estão cada vez mais integrando critérios de sustentabilidade em suas políticas de crédito, o que contribui para o desenvolvimento de cadeias produtivas mais resilientes e ambientalmente responsáveis.

Além disso, o cooperativismo de crédito promove a responsabilidade social nas cadeias produtivas, incentivando práticas que beneficiem tanto os produtores quanto as comunidades locais. Segundo Santos e Almeida (2019), as cooperativas de crédito não apenas fomentam o crescimento econômico, mas também promovem a inclusão social e a equidade, ao garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam amplamente compartilhados entre todos os membros das cadeias produtivas.

Observa-se, também, a importância da educação cooperativista e a formação de lideranças para o sucesso das cooperativas de crédito. A educação cooperativista é fundamental para garantir que os membros das cooperativas compreendam seus direitos e deveres, e os prepara para enfrentar os desafios do mercado. No contexto das cadeias produtivas da região Oeste do Paraná, essa formação é crucial, pois prepara os produtores para adotar práticas de gestão mais eficientes e sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento das cooperativas e, conseqüentemente, para a resiliência das cadeias produtivas.

A prática da intercooperação, ou seja, a colaboração entre diferentes cooperativas de crédito, pode criar redes de apoio que ampliam as oportunidades de mercado para os pequenos produtores, aumentando sua capacidade de negociação e resiliência econômica. No Oeste do Paraná, essa intercooperação tem sido vital para o fortalecimento das cadeias produtivas, permitindo que as cooperativas unam forças para enfrentar desafios comuns, como o acesso a mercados externos e a implementação de tecnologias inovadoras.

O cooperativismo de crédito tem gerado conseqüências significativas e positivas nas cadeias produtivas da região Oeste do Paraná. Ao promover o acesso ao crédito, fortalecer a governança cooperativa, incluir financeiramente pequenos produtores e incentivar a intercooperação, as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel vital no desenvolvimento econômico e social da região. As análises dos autores mencionados na pesquisa, evidenciam que o cooperativismo de crédito promove uma transformação social que é essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região.

As conseqüências do cooperativismo de crédito nas cadeias produtivas da região oeste do Paraná são amplas e profundas, abrangendo desde o fortalecimento econômico e a

modernização tecnológica até o aumento da competitividade e a promoção do desenvolvimento sustentável. As cooperativas de crédito se destacam como atores essenciais no apoio às cadeias produtivas, contribuindo para a resiliência econômica, a inovação e a integração dos produtores locais em mercados globais. O impacto positivo dessas instituições evidencia a importância de políticas públicas e iniciativas privadas que continuem a apoiar e fortalecer o cooperativismo de crédito na região, garantindo que suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico sejam cada vez mais amplas e duradouras.

2.4 CONTRIBUIÇÕES DE DOUGLASS NORTH PARA MELHOR COMPREENSÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA DE CRÉDITO

Dougllass North, renomado economista e historiador norte-americano, é amplamente reconhecido por suas contribuições à teoria das instituições e por seu papel na análise do desenvolvimento econômico. Seu trabalho centrou-se na importância das instituições – entendidas como as regras do jogo em uma sociedade – e como estas moldam o comportamento humano e determinam os resultados econômicos. Dentro desse contexto, o cooperativismo de crédito pode ser examinado à luz das teorias de North, especialmente no que diz respeito à criação de instituições que promovem a cooperação, reduzem custos de transação e incentivam o desenvolvimento econômico sustentável.

Dougllass North argumenta que as instituições são fundamentais para o desenvolvimento econômico, pois elas estabelecem um conjunto de regras e normas que reduzem a incerteza e os custos de transação, facilitando assim as interações econômicas. Em sua obra seminal *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance* (1990), North destaca que as instituições formam a base sobre a qual as sociedades estruturam suas atividades econômicas, influenciando diretamente o desempenho econômico de longo prazo. Segundo ele, instituições eficazes proporcionam os incentivos corretos para o investimento e a inovação, permitindo que as economias cresçam de forma sustentada.

North destacou a diferença crucial entre instituições inclusivas e extrativas. Instituições inclusivas, que garantem direitos de propriedade e promovem a competição, tendem a estimular a inovação e o crescimento econômico sustentado. Em contraste, instituições extrativas, que concentram o poder e os recursos nas mãos de poucos, restringem o acesso a oportunidades e inibem o crescimento econômico (North, 1990). Este conceito foi explorado em profundidade na obra *Understanding the Process of Economic Change* (2005),

onde North analisou como as mudanças nas instituições afetam o desenvolvimento econômico de longo prazo (North, 2005).

Outra contribuição significativa de North foi sua análise sobre a evolução das instituições. Ele argumentou que as instituições não são estáticas; elas evoluem ao longo do tempo em resposta a mudanças econômicas, políticas e sociais. Essa evolução é frequentemente impulsionada por crises e conflitos, que criam pressão para a reforma institucional. No entanto, as mudanças institucionais são geralmente graduais e podem enfrentar resistência significativa (North, 2005). Esta perspectiva foi crucial para entender como as instituições se adaptam às novas realidades e desafios.

O cooperativismo de crédito pode ser visto como uma aplicação prática das teorias de North, na medida em que constitui uma instituição que reduz os custos de transação para seus membros. As cooperativas de crédito, ao promoverem a colaboração entre indivíduos e fornecerem acesso a crédito em condições mais favoráveis, criam um ambiente onde as transações financeiras são mais seguras e previsíveis. Dessa forma, elas facilitam a mobilização de recursos e o investimento em atividades produtivas, que são essenciais para o desenvolvimento econômico.

Uma das principais funções das cooperativas de crédito, segundo a perspectiva de North, é a redução dos custos de transação. Custos de transação referem-se ao custo associado à negociação, monitoramento e execução de contratos. Em economias onde as instituições financeiras tradicionais são ineficazes ou inacessíveis para uma parte significativa da população, os custos de transação tendem a ser altos, o que desincentiva o investimento e a inovação. As cooperativas de crédito, ao funcionarem como instituições baseadas na confiança e na cooperação mútua, ajudam a reduzir esses custos.

Conforme observado por Williamson (1985), um contemporâneo de North que expandiu as ideias sobre os custos de transação, a governança corporativa desempenha um papel crucial na eficiência das transações econômicas. As cooperativas de crédito, devido à sua estrutura democrática e ao controle pelos próprios membros, garantem que as operações sejam realizadas de maneira transparente e com menores custos administrativos em comparação com os bancos tradicionais. Isso é particularmente importante em áreas rurais ou subdesenvolvidas, onde o acesso ao crédito formal é limitado e as instituições financeiras tradicionais muitas vezes não estão dispostas a atender pequenos produtores ou empreendedores.

North também enfatiza que as instituições bem formuladas fornecem incentivos que promovem o desenvolvimento econômico de longo prazo. No caso das cooperativas de crédito, esses incentivos estão intrinsecamente ligados à sua estrutura de propriedade e à redistribuição

dos lucros entre os membros. Ao contrário das instituições financeiras tradicionais, que buscam maximizar o lucro para os acionistas, as cooperativas de crédito reinvestem os lucros na própria comunidade, seja por meio de melhores taxas de juros, seja pelo financiamento de projetos comunitários.

Essa estrutura de incentivos é fundamental para promover o desenvolvimento econômico sustentável, conforme discutido por Ostrom (1990), outra importante teoria das instituições, que argumenta que as instituições de autogovernança, como as cooperativas, podem ser altamente eficazes na gestão de recursos comuns e na promoção de práticas sustentáveis. As cooperativas de crédito, ao alinhar os interesses dos membros com os objetivos da cooperativa, incentivam comportamentos que levam ao crescimento econômico sustentável e à coesão social.

Douglass North também argumenta que as instituições são essenciais na formação da estrutura econômica de uma sociedade, afetando diretamente sua capacidade de inovar e crescer. No contexto das cooperativas de crédito, essas instituições não apenas fornecem serviços financeiros, mas também desempenham um papel educacional e social importante, contribuindo para a construção de capital social. Este capital social, que inclui confiança, normas e redes de cooperação, é essencial para o funcionamento eficiente da economia, especialmente em comunidades rurais ou menos desenvolvidas. (NORTH, 1990).

De acordo com Putnam (1993), o capital social é um dos principais fatores que determinam o sucesso econômico das regiões. As cooperativas de crédito, ao promoverem a cooperação e o envolvimento comunitário, ajudam a fortalecer o capital social, o que, por sua vez, contribui para um ambiente econômico mais dinâmico e resiliente. Essa interação entre as instituições de crédito cooperativo e o capital social local reforça a ideia de North de que as instituições são fundamentais para o desenvolvimento econômico, criando um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento.

As teorias de Douglass North sobre instituições, custos de transação e incentivos oferecem uma base teórica robusta para entender o papel do cooperativismo de crédito no desenvolvimento econômico. As cooperativas de crédito, ao funcionarem como instituições que reduzem os custos de transação, promovem a cooperação e fornecem incentivos para o desenvolvimento econômico sustentável, desempenham um papel crucial na estruturação e dinamização da economia, especialmente em regiões onde o acesso a serviços financeiros é limitado. O impacto dessas cooperativas vai além da simples oferta de crédito; elas contribuem para o fortalecimento do capital social e para a construção de uma economia mais justa e inclusiva. Assim, as ideias de North fornecem uma estrutura de trabalho teórica valiosa para

compreender e analisar as consequências do cooperativismo de crédito em contextos econômicos específicos.

2.5 REFERÊNCIAS ADICIONAIS NO CAMPO DO COOPERATIVISMO, AGRONEGÓCIO E ECONOMIA REGIONAL.

A análise qualitativa da influência do cooperativismo nos setores da economia, utilizando as referências de Douglass North, Paul Singer e outros autores renomados, permite uma compreensão mais profunda dos impactos do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social.

Douglass North enfatiza a importância das instituições na economia, enquanto Paul Singer ressalta o papel do cooperativismo como uma alternativa econômica inclusiva e democrática.

Essas referências teóricas oferecem uma base para compreender a influência do cooperativismo nos setores da economia, mostrando como as instituições cooperativas podem promover a solidariedade, equidade, diversificação econômica, geração de empregos e inclusão social. O cooperativismo, quando bem aplicado, pode desempenhar um papel fundamental na promoção de uma economia mais justa, sustentável e participativa.

O cooperativismo, o agronegócio e a economia regional são campos interligados que desempenham papéis cruciais no desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos regionais. As cooperativas, como entidades que operam sob princípios de solidariedade e gestão democrática, são fundamentais para o fortalecimento da economia regional e para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Este estudo buscou explorar as principais referências acadêmicas e práticas nesses campos, destacando como elas interagem e contribuem para o desenvolvimento econômico.

O estudo do cooperativismo, do agronegócio e da economia regional é essencial para compreender as dinâmicas econômicas e sociais que influenciam o desenvolvimento de regiões específicas, especialmente em contextos onde o setor agrícola é dominante. Esta fundamentação teórica explora as principais referências acadêmicas e conceitos que têm moldado o campo, com ênfase nas inter-relações entre cooperativismo, agronegócio e desenvolvimento econômico regional. A análise é fundamentada em trabalhos teóricos e empíricos reconhecidos que destacam a importância desses temas para a estruturação e crescimento de economias locais.

2.5.1 O COOPERATIVISMO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA REGIONAL

O cooperativismo é uma forma organizacional que tem raízes profundas em várias partes do mundo, desempenhando um papel central em economias regionais, particularmente em áreas rurais. De acordo com Hans-H. Münkner (2012), o cooperativismo surgiu como uma resposta às necessidades econômicas e sociais das comunidades locais, criando um sistema de autoajuda que se alicerça na cooperação e no mutualismo. As cooperativas não apenas fornecem serviços econômicos a seus membros, mas também promovem a inclusão social e a democratização do acesso aos recursos econômicos.

No contexto do agronegócio, as cooperativas agrícolas desempenham um papel fundamental na coordenação das atividades de produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas. De acordo com Bialoskorski Neto (2002), o cooperativismo agrícola no Brasil, especialmente na região Sul, tem sido um motor do desenvolvimento regional, contribuindo para a modernização do setor agrícola e para a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades rurais. As cooperativas permitem que pequenos produtores acessem mercados que, de outra forma, seriam inacessíveis devido a limitações de escala e capital.

Além disso, as cooperativas de crédito, que são frequentemente associadas às cooperativas agrícolas, desempenham um papel crucial na economia regional ao facilitar o acesso a financiamento para pequenos e médios produtores. Como discutido por Costa e Rossetto (2016), as cooperativas de crédito têm a capacidade de mobilizar poupanças locais e direcioná-las para investimentos produtivos dentro da própria comunidade, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico local. Essa função é particularmente importante em regiões onde o setor financeiro tradicional é menos presente ou onde as condições de crédito são menos favoráveis.

2.5.2 AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O agronegócio é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e tem uma relação intrínseca com o desenvolvimento regional, especialmente em áreas como o oeste do Paraná, onde a agricultura e a agroindústria são pilares da economia local. De acordo com Delgado (2012), o agronegócio brasileiro tem sido um dos principais motores do crescimento

econômico do país, impulsionado por investimentos em tecnologia, expansão da área cultivada e aumento da produtividade.

Entretanto, o desenvolvimento do agronegócio também traz desafios, particularmente em termos de sustentabilidade ambiental e social. De acordo com Graziano da Silva (2014), um dos principais desafios é garantir que o crescimento do agronegócio seja inclusivo e sustentável, promovendo o desenvolvimento regional sem comprometer os recursos naturais e as condições de vida das populações locais. Neste sentido, as cooperativas agrícolas desempenham um papel crucial ao promover práticas agrícolas sustentáveis e ao garantir que os benefícios do crescimento do agronegócio sejam amplamente distribuídos entre seus membros.

O impacto do agronegócio no desenvolvimento regional é multifacetado. Como observado por Veiga (2005), o agronegócio pode contribuir para o desenvolvimento regional ao gerar emprego e renda, além de estimular o desenvolvimento de infraestrutura e serviços nas regiões onde está presente. No entanto, é essencial que esse desenvolvimento seja equilibrado e leve em consideração as necessidades e aspirações das comunidades locais, garantindo que o crescimento econômico não leve à degradação ambiental ou ao aumento das desigualdades sociais.

2.5.3 INTER-RELAÇÕES ENTRE COOPERATIVISMO, AGRONEGÓCIO E ECONOMIA REGIONAL

As inter-relações entre cooperativismo, agronegócio e economia regional são complexas e interdependentes. As cooperativas desempenham um papel central no fortalecimento das cadeias produtivas do agronegócio, facilitando o acesso a insumos, tecnologias e mercados para pequenos e médios produtores. Como discutido por Wilkinson (1997), as cooperativas agrícolas e de crédito têm a capacidade de transformar as estruturas econômicas regionais ao promover a inovação, melhorar a eficiência produtiva e aumentar a competitividade dos produtores locais.

A economia regional, por sua vez, se beneficia dessas interações ao consolidar cadeias produtivas que são vitais para a geração de emprego e renda. Segundo Costa e Silva (2013), o desenvolvimento de clusters agroindustriais, que frequentemente se organizam em torno de cooperativas, é uma das principais estratégias para promover o desenvolvimento regional sustentável. Esses clusters não apenas aumentam a eficiência econômica, mas também promovem a coesão social e o desenvolvimento comunitário, fortalecendo a economia regional como um todo.

Por fim, é importante destacar que o sucesso das inter-relações entre cooperativismo, agronegócio e economia regional depende de um ambiente institucional favorável. De acordo com Douglass North (1990), instituições sólidas e eficazes são essenciais para o desenvolvimento econômico de longo prazo. No contexto do cooperativismo e do agronegócio, isso significa que políticas públicas e regulamentações devem apoiar a formação e o fortalecimento das cooperativas, além de promover a sustentabilidade e a inclusão social como princípios fundamentais do desenvolvimento regional.

As referências teóricas e empíricas no campo do cooperativismo, agronegócio e economia regional revelam a importância dessas inter-relações para o desenvolvimento econômico e social de regiões específicas. As cooperativas desempenham um papel crucial no fortalecimento das cadeias produtivas, na promoção da inclusão social e na geração de emprego e renda. O agronegócio, por sua vez, é um motor fundamental do crescimento econômico, mas seu sucesso depende da capacidade de promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Finalmente, o desenvolvimento regional bem-sucedido requer um ambiente institucional que apoie essas interações, garantindo que os benefícios do crescimento econômico sejam amplamente compartilhados.

2.5.4 A TEORIA DO HABITUS DE PIERRE BOURDIEU E O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

A teoria do habitus, proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu, é uma ferramenta teórica poderosa para entender como práticas sociais se institucionalizam e se reproduzem ao longo do tempo em diferentes contextos culturais e econômicos. No caso das cooperativas de crédito na região oeste do Paraná, a teoria do habitus pode ser utilizada para explicar como certos comportamentos e valores relacionados à cooperação, solidariedade e gestão coletiva emergiram e se consolidaram, influenciando o desenvolvimento socioeconômico da região.

Pierre Bourdieu define o habitus como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que orientam as práticas e percepções dos indivíduos. Essas disposições são adquiridas por meio de processos sociais e educativos, que moldam a maneira como os indivíduos percebem o mundo e agem nele. O habitus, portanto, não é uma regra explícita, mas uma espécie de “segundo sentido”, que orienta os comportamentos de forma quase inconsciente, criando regularidades nas práticas sociais sem necessidade de coerção externa (Bourdieu, 1977). Para Bourdieu, o habitus é formado a partir das condições objetivas de existência e está intrinsecamente ligado ao capital cultural, social e econômico que os

indivíduos possuem. Assim, práticas como a criação e a gestão de cooperativas de crédito podem ser vistas como expressões do habitus de uma comunidade, refletindo suas necessidades, valores e aspirações coletivas.

A região oeste do Paraná é conhecida por sua forte tradição cooperativista, que se desenvolveu ao longo do século XX, principalmente impulsionada pela imigração europeia, especialmente de alemães, italianos e poloneses. Esses imigrantes trouxeram consigo tradições de cooperação e organização comunitária, que foram fundamentais para a criação de cooperativas de crédito na região. Essas práticas cooperativas, embora adaptadas ao novo contexto, eram em grande parte reflexo do habitus coletivo dessas comunidades, que já possuíam uma predisposição para a gestão coletiva de recursos e a solidariedade econômica.

De acordo com Costa (2013), o desenvolvimento das cooperativas de crédito no oeste do Paraná pode ser entendido como uma resposta às condições econômicas e sociais da região, onde o acesso ao crédito bancário tradicional era limitado. As cooperativas de crédito surgiram como uma forma de autoajuda comunitária, permitindo que pequenos agricultores e comerciantes acessassem recursos financeiros para desenvolver suas atividades econômicas. Este movimento cooperativo foi, em grande medida, moldado pelo habitus da população local, que valorizava a ajuda mútua e a solidariedade, princípios centrais do cooperativismo.

A teoria do habitus também é útil para entender como as cooperativas de crédito ajudaram a reproduzir e fortalecer o capital social na região oeste do Paraná. Capital social, na concepção de Bourdieu, refere-se aos recursos que os indivíduos ou grupos podem mobilizar a partir de suas redes de relações sociais. No contexto das cooperativas de crédito, o capital social se manifesta nas redes de confiança e reciprocidade que se formam entre os membros da cooperativa, facilitando a cooperação e a gestão coletiva.

As práticas cooperativas, que são uma expressão do habitus, contribuíram para fortalecer essas redes sociais, criando um ciclo virtuoso onde o capital social gera mais cooperação, que por sua vez reforça o habitus cooperativo. Segundo Putnam (1993), comunidades com altos níveis de capital social tendem a ser mais eficazes na realização de projetos coletivos e na promoção do desenvolvimento econômico. Esse é o caso da região oeste do Paraná, onde as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento regional, facilitando o acesso ao crédito e promovendo a inclusão financeira.

Embora o habitus seja durável, ele não é imutável. As práticas sociais podem evoluir em resposta a mudanças nas condições objetivas de existência. No caso das cooperativas de crédito no oeste do Paraná, o processo de modernização e profissionalização dessas instituições

pode ser visto como uma adaptação do habitus cooperativo às novas exigências do mercado e às mudanças econômicas regionais.

De acordo com Bialoskorski Neto (2012), as cooperativas de crédito na região passaram por um processo de modernização que incluiu a adoção de novas tecnologias, a profissionalização da gestão e a ampliação dos serviços oferecidos aos membros. Essas mudanças foram necessárias para garantir a competitividade das cooperativas em um ambiente de mercado cada vez mais complexo. No entanto, apesar dessas transformações, as práticas cooperativas fundamentais, como a gestão democrática e a distribuição equitativa dos lucros, permanecem ancoradas no habitus coletivo da comunidade.

Essa persistência do habitus cooperativo, mesmo diante da modernização, é um testemunho da força das disposições sociais enraizadas na cultura local. O habitus, embora sujeito a mudanças e adaptações, continua a orientar as práticas cooperativas, garantindo que as cooperativas de crédito permaneçam fiéis aos seus princípios fundadores, mesmo enquanto se adaptam às novas realidades econômicas.

A teoria do habitus de Pierre Bourdieu oferece uma lente teórica valiosa para entender o desenvolvimento e a persistência das cooperativas de crédito na região oeste do Paraná. O habitus cooperativo, formado a partir das condições sociais e culturais dos imigrantes europeus, moldou as práticas econômicas da região, promovendo a criação de instituições de crédito baseadas na solidariedade e na gestão coletiva. Mesmo com a modernização e a evolução dessas cooperativas, o habitus continua a desempenhar um papel central, garantindo que as práticas cooperativas se mantenham alinhadas com os valores e as necessidades da comunidade. Assim, o habitus não apenas explica o surgimento das cooperativas de crédito, mas também sua resiliência e capacidade de adaptação ao longo do tempo. Essa visão merece um estudo mais aprofundado, o que não é o caso da presente pesquisa, pois se tratar de um assunto rico em informações que podem facilitar o entendimento de inúmeras questões da vida cotidiana.

2.5.5 PAUL SINGER E A VALORIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Paul Singer, economista brasileiro conhecido por suas contribuições na área do cooperativismo, destacou a importância das cooperativas como uma alternativa econômica inclusiva e democrática. Singer defendeu a ideia de que as cooperativas podem proporcionar melhores condições de trabalho, geração de renda e participação dos trabalhadores na gestão dos empreendimentos. Ele ressaltou que o cooperativismo promove a solidariedade e a

equidade, contribuindo para uma distribuição mais justa dos resultados econômicos.

Singer enfatizou o papel do cooperativismo como um contraponto ao modelo tradicional de desenvolvimento baseado na competição e na concentração de poder. Ele defendeu a ideia de que as cooperativas permitem que os trabalhadores sejam proprietários dos meios de produção, participem das decisões e tenham acesso aos resultados econômicos de forma mais equitativa.

Paul Singer dedicou grande parte de sua vida acadêmica e ativista ao desenvolvimento e promoção da economia solidária, um conceito que abrange práticas econômicas e organizacionais baseadas em princípios de cooperação, solidariedade e justiça social. Para Singer, a economia solidária não é apenas um modelo alternativo ao capitalismo tradicional, mas uma forma de reorganizar a economia para que ela atenda melhor às necessidades humanas e sociais. Ele argumentou que o cooperativismo, como uma das principais manifestações da economia solidária, oferece uma alternativa viável ao capitalismo convencional, ao criar organizações que priorizam o bem-estar coletivo em vez do lucro individual (Singer, 2002).

Singer enfatizou que as cooperativas são baseadas em princípios fundamentais de autonomia, gestão democrática e participação ativa dos membros. Esses princípios garantem que todos os envolvidos na cooperativa tenham uma voz na tomada de decisões e se beneficiem equitativamente dos frutos do trabalho coletivo. Esse modelo contrasta fortemente com as estruturas hierárquicas e autoritárias encontradas em muitas empresas capitalistas, onde as decisões são centralizadas e os lucros são frequentemente distribuídos de maneira desigual (Singer, 2002).

Paul Singer teve um papel crucial na promoção e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Em sua atuação como Secretário Nacional de Economia Solidária do Brasil, a partir de 2003, Singer foi um dos principais responsáveis pela criação de políticas públicas voltadas para a promoção do cooperativismo e da economia solidária. Ele trabalhou para integrar essas práticas na política nacional, destacando a importância das cooperativas para a inclusão social e o desenvolvimento econômico (Singer, 2012).

Durante sua gestão, Singer promoveu a criação de leis e regulamentações que facilitavam o funcionamento e o crescimento das cooperativas. Ele também incentivou a formação de redes e associações de cooperativas, que ajudaram a fortalecer o setor e a criar um ambiente mais favorável para a economia solidária. Seu trabalho levou à ampliação do reconhecimento e do apoio às cooperativas em várias esferas, incluindo políticas públicas, educação e financiamento (Singer, 2012).

Os princípios defendidos por Paul Singer para o cooperativismo incluem a gestão democrática, a autonomia e a participação ativa dos membros. Singer acreditava que a gestão democrática é fundamental para garantir que todos os membros tenham uma voz na tomada de decisões e que os interesses coletivos sejam priorizados em relação aos interesses individuais. Esse princípio é essencial para o funcionamento eficaz das cooperativas, pois promove a transparência e a responsabilidade dentro das organizações (Singer, 2002).

Outro princípio central é a autonomia das cooperativas. Singer defendeu que as cooperativas devem ser autônomas e independentes, operando de acordo com suas próprias regras e normas, desde que respeitem as leis e regulamentos aplicáveis. Essa autonomia permite que as cooperativas se adaptem às necessidades e circunstâncias locais, promovendo a inovação e a flexibilidade (Singer, 2002).

A participação ativa dos membros é também um princípio fundamental para Singer. Ele acreditava que todos os membros devem estar envolvidos na gestão e nas operações da cooperativa, o que ajuda a garantir que as decisões sejam tomadas de forma colaborativa e que todos os membros se beneficiem igualmente dos frutos do trabalho coletivo. Essa participação ativa é crucial para o sucesso e a sustentabilidade das cooperativas (Singer, 2012).

As contribuições de Paul Singer para o cooperativismo tiveram um impacto significativo tanto no Brasil quanto internacionalmente. Suas ideias e práticas ajudaram a consolidar o cooperativismo como uma alternativa viável ao capitalismo tradicional, oferecendo um modelo que valoriza a solidariedade, a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, as políticas e programas implementados durante sua gestão como Secretário Nacional de Economia Solidária ajudaram a fortalecer o setor cooperativo e a aumentar o reconhecimento das cooperativas como um componente importante da economia nacional. Além disso, o trabalho de Singer contribuiu para a criação de uma rede de cooperativas e organizações de economia solidária, que continua a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país (Singer, 2012).

Internacionalmente, o trabalho de Singer ajudou a promover o conceito de economia solidária e cooperativismo como modelos alternativos para o desenvolvimento econômico. Suas ideias influenciaram acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas em várias partes do mundo, promovendo a adoção de práticas cooperativas e solidárias em diferentes contextos e culturas (Singer, 2002).

O trabalho de Paul Singer representa uma contribuição inestimável para a valorização do cooperativismo e da economia solidária. Suas ideias e práticas ajudaram a transformar a

forma como o cooperativismo é percebido e aplicado, promovendo um modelo econômico que prioriza a solidariedade, a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Suas contribuições continuam a influenciar o pensamento econômico e as políticas públicas, oferecendo uma visão alternativa ao capitalismo tradicional e promovendo a construção de uma economia mais justa e equitativa.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico para explorar a influência do cooperativismo de crédito nos setores econômicos da região Oeste do Paraná. A escolha por uma metodologia teórica se justifica pela intenção de compreender, a partir de uma revisão crítica da literatura existente, os princípios e as dinâmicas que orientam o cooperativismo de crédito e suas consequências sobre o desenvolvimento econômico regional.

Nesse contexto, a pesquisa se baseará em uma análise de obras acadêmicas, artigos científicos, relatórios institucionais, dados que apresentam a participação do cooperativismo em nível nacional, estadual e regional, e outras publicações relevantes que tratem do cooperativismo de crédito, com foco particular na realidade da região Oeste do Paraná. O objetivo é identificar e discutir as principais teorias, conceitos e modelos que explicam como o cooperativismo de crédito pode influenciar diversos setores da economia, como a agricultura, a agroindústria e o comércio.

A análise teórica permitirá a construção de um quadro conceitual, que servirá como base para discutir as consequências do cooperativismo de crédito na promoção do desenvolvimento econômico, na inclusão social e na sustentabilidade das cadeias produtivas locais. Ao adotar essa abordagem, o estudo pretende contribuir para o entendimento acadêmico e prático do papel das cooperativas de crédito como agentes de transformação econômica na região, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e políticas públicas voltadas para o fortalecimento do cooperativismo.

3.1 OBJETIVOS DA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS SETORES DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

A análise qualitativa sobre a influência do cooperativismo nos setores da economia tem como principal objetivo investigar e compreender detalhadamente como o modelo cooperativo afeta diversos segmentos econômicos e sociais. Esta abordagem busca explorar as dinâmicas, práticas e consequências do cooperativismo através de uma perspectiva mais profunda e contextualizada.

Esse tipo de análise pretende identificar os efeitos específicos das cooperativas em áreas-chave como o setor agropecuário, financeiro, de saúde, energia e habitacional, entre outros. A investigação foca em como as cooperativas influenciam a eficiência produtiva, promovem a inclusão financeira, contribuem para a sustentabilidade ambiental e ajudam no desenvolvimento regional.

Além disso, a análise qualitativa explora os benefícios tangíveis e intangíveis oferecidos pelas cooperativas, tais como a melhoria do acesso a recursos e serviços, a promoção de práticas sustentáveis e o fortalecimento das comunidades locais. Também é crucial identificar os desafios enfrentados por essas organizações, incluindo questões de gestão, sustentabilidade e adaptação às mudanças econômicas e sociais.

Ao fornecer uma compreensão mais abrangente e contextualizada sobre o impacto das cooperativas, essa análise oferece insights valiosos que podem orientar a formulação de políticas, estratégias de gestão e práticas operacionais. Dessa forma, contribui para a otimização do modelo cooperativo e para a maximização de seus benefícios para os setores econômicos e para a sociedade como um todo.

O cooperativismo de crédito tem se mostrado uma força transformadora em várias regiões ao redor do mundo, e a região oeste do Paraná não é exceção. Este capítulo visa realizar uma análise qualitativa sobre a influência do cooperativismo de crédito nos setores econômicos dessa região, examinando como essas cooperativas impactam o setor agrícola e outros segmentos econômicos. Utilizaremos a teoria de Douglass North sobre instituições e custos de transação para enriquecer nossa compreensão sobre esse fenômeno.

3.2 REGIÃO OESTE PARANAENSE

A região Oeste do Paraná se destaca como uma das áreas mais dinâmicas e estratégicas do Brasil, com relevância tanto na economia quanto na infraestrutura e cultura. Abrangendo municípios como Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, essa região é essencial para o desenvolvimento do estado e do país. Essa região é uma das mais importantes e desenvolvidas do estado, destacando-se por suas características econômicas, culturais e naturais. Situada na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, essa região tem um papel estratégico no cenário nacional, combinando agricultura avançada, infraestrutura robusta e uma rica diversidade cultural.

A economia da região Oeste do Paraná é predominantemente agroindustrial, com destaque para a produção de grãos como soja, milho e trigo, além da criação de suínos e aves. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) destaca que "a região Oeste do Paraná é uma das mais produtivas do Brasil, graças à combinação de solos férteis, clima favorável e tecnologia avançada no campo". O setor agroindustrial é complementado por cooperativas que integram pequenos e médios produtores e que têm papel fundamental na economia regional.

A Mesorregião do Oeste Paranaense é composta por três microrregiões, sendo a de Toledo, a de Cascavel e a de Foz do Iguaçu, sendo estas compostas por outros municípios, conforme figura abaixo:

Figura 01 – municípios que compõem a mesorregião oeste paranaense.

Microrregião Geográfica – Toledo		
1. Assis Chateaubriand	8. Marechal Cândido Rondon	15. Quatro Pontes
2. Diamante D'Oeste	9. Maripá	16. Santa Helena
3. Entre Rios do Oeste	10. Mercedes	17. São José das Palmeiras
4. Formosa do Oeste	11. Nova Santa Rosa	18. São Pedro do Iguaçu
5. Guaíra	12. Ouro Verde do Oeste	19. Terra Roxa
6. Iracema do Oeste	13. Palotina	20. Toledo
7. Jesuítas	14. Pato Bragado	21. Tupãssi
Microrregião Geográfica – Cascavel		
1. Anahy	7. Cascavel	13. Iguatu
2. Boa Vista da Aparecida	8. Catanduvas	14. Lindoeste
3. Braganey	9. Corbélia	15. Nova Aurora
4. Cafelândia	10. Diamante do Sul	16. Santa Lúcia
5. Campo Bonito	11. Guaraniaçu	17. Santa Tereza do Oeste
6. Capitão Leônidas Marques	12. Ibema	18. Três Barras do Paraná
Microrregião Geográfica – Foz do Iguaçu		
1. Céu Azul	5. Medianeira	9. São Miguel do Iguaçu
2. Foz do Iguaçu	6. Missal	10. Serranópolis do Iguaçu
3. Itaipulândia	7. Ramilândia	11. Vera Cruz do Oeste
4. Matelândia	8. Santa Terezinha de Itaipu	

FONTE: NASCIMENTO. W.C.; SCHROEDER. C. A. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/artigo_cipriano.pdf. Acesso em: 08/jul/2024.

A Microrregião de Toledo é uma das Microrregiões do Estado do Paraná pertencente à mesorregião Oeste Paranaense e está dividida em 21 municípios, os quais possuem uma área total de 8.754,994 km².

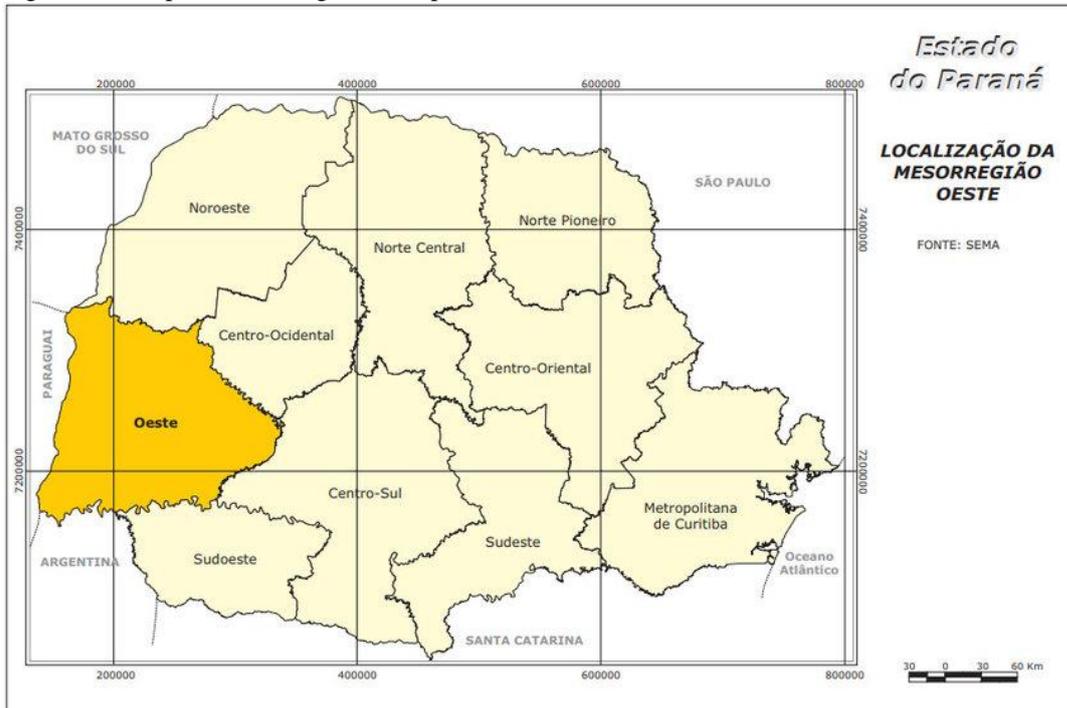
A Mesorregião de Toledo é uma área de significativa importância econômica e agrícola no Brasil. Composta por uma série de municípios que incluem Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e outros, essa região se destaca por sua intensa atividade agrícola e agroindustrial. A economia local é amplamente impulsionada pelo agronegócio, com ênfase na produção de grãos como soja, milho e trigo, além da pecuária de corte e leiteira.

Figura 02 – mapa das mesorregiões paranaenses.



FONTE: Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1589&evento=8#menu-galeria>>. Acesso em: 18/jul/2023.

Figura 03 – mapa da mesorregião oeste paranaense.



FONTE: Ipardes. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_oeste.pdf. Acesso em: 25/fev/2024.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS SETORES DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O cooperativismo de crédito tem se mostrado uma força transformadora em várias regiões ao redor do mundo, e a região oeste do Paraná, no Brasil, não é exceção. Este texto visa realizar uma análise qualitativa sobre a influência do cooperativismo de crédito nos setores econômicos dessa região, examinando como essas cooperativas impactam o setor agrícola e outros segmentos econômicos. Utilizaremos a teoria de Douglass North sobre instituições e custos de transação para enriquecer nossa compreensão sobre esse fenômeno.

A análise qualitativa da influência do cooperativismo de crédito nos setores da economia da região oeste do Paraná revela consequências de significativo e multifacetado. As cooperativas de crédito têm desempenhado um papel crucial no fortalecimento do setor agrícola, promovendo a modernização e o crescimento, e contribuindo para o desenvolvimento de outros setores econômicos, como comércio e serviços.

A teoria institucional de Douglass North oferece uma perspectiva que facilita a compreensão e entender como as cooperativas de crédito reduzem os custos de transação e criam um ambiente mais propício para o desenvolvimento econômico. A capacidade das cooperativas de crédito de alinhar os interesses dos membros com os objetivos da cooperativa

e de se adaptar às mudanças nas condições econômicas destaca a importância dessas instituições para a sustentabilidade e o crescimento econômico da região.

A região oeste do Paraná, conhecida por sua agricultura robusta, tem experimentado um crescimento significativo graças, em parte, ao papel das cooperativas de crédito. Essas cooperativas surgiram para preencher uma lacuna deixada pelas instituições financeiras tradicionais, oferecendo crédito a condições acessíveis para pequenos e médios produtores. Esse suporte financeiro é essencial para a modernização e expansão do setor agrícola, que é o pilar da economia regional.

De acordo com Costa e Rossetto (2016), "as cooperativas de crédito têm sido fundamentais para o desenvolvimento da agricultura no oeste do Paraná, permitindo que pequenos produtores acessem financiamento que seria inacessível através dos canais bancários tradicionais". Essa afirmação destaca a importância dessas instituições em promover a inclusão financeira e a sustentabilidade econômica na região.

Um dos principais impactos das cooperativas de crédito é a melhoria no acesso ao financiamento para o setor agrícola. As cooperativas oferecem condições de crédito mais favoráveis, como taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento mais flexíveis, que são cruciais para a aquisição de insumos, equipamentos e tecnologias agrícolas.

Segundo Bialoskorski Neto (2012), "a possibilidade de acesso a crédito acessível permite que os agricultores invistam em novas tecnologias e insumos, aumentando a produtividade e a competitividade do setor". Essa capacidade de investimento é um fator determinante para a modernização das práticas agrícolas, resultando em maior eficiência e produtividade.

Além disso, as cooperativas de crédito também desempenham um papel educacional, fornecendo orientação financeira e técnica aos agricultores. Veiga (2005) observa que "a educação financeira oferecida pelas cooperativas ajuda os produtores a tomar decisões mais informadas e a gerenciar melhor seus recursos, o que contribui para a sustentabilidade e o crescimento do setor agrícola".

O fortalecimento do setor agrícola através das cooperativas de crédito tem um efeito multiplicador significativo na economia regional. A modernização agrícola e o aumento da produtividade levam a um crescimento na demanda por bens e serviços, o que beneficia outros setores da economia, como comércio e serviços. Delgado (2012) afirma que "o crescimento do setor agrícola impulsionado pelas cooperativas de crédito resulta em uma maior demanda por insumos, serviços e infraestrutura, promovendo o desenvolvimento de outros setores

econômicos na região". Esse efeito multiplicador contribui para um ambiente econômico mais dinâmico e diversificado.

3.3.1 CONSEQUÊNCIAS NO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

O crescimento do setor agrícola impulsionado pelas cooperativas de crédito influencia diretamente no comércio e nos serviços. A expansão das operações agrícolas e a modernização tecnológica criam uma demanda crescente por bens e serviços, desde equipamentos agrícolas até serviços de manutenção e suporte técnico.

Costa e Rossetto (2016) observam que "a expansão do agronegócio estimula o crescimento do comércio local e dos serviços, criando novas oportunidades de emprego e promovendo a diversificação econômica". Esse crescimento econômico mais amplo resulta em um ambiente de negócios mais robusto e sustentável.

O acesso ao crédito facilitado pelas cooperativas tem permitido que muitos pequenos e médios empresários na região oeste do Paraná expandam suas operações, invistam em novos produtos e serviços, e melhorem suas infraestruturas. Segundo Costa e Rossetto (2016), "o crédito cooperativo proporciona uma base sólida para o crescimento do comércio local, pois oferece condições que incentivam o investimento e a expansão, algo fundamental para a sobrevivência e prosperidade dos negócios em áreas menos favorecidas".

A possibilidade de obter crédito a taxas mais baixas e com prazos de pagamento mais longos permite que os empresários enfrentem os desafios econômicos com maior segurança e previsibilidade, o que, por sua vez, resulta em um aumento da confiança do consumidor e na ampliação do mercado local.

O crescimento do comércio, impulsionado pelo cooperativismo de crédito, tem um impacto direto e significativo no setor de serviços. À medida que as empresas comerciais expandem, a demanda por serviços de apoio, como logística, transporte, consultoria e manutenção, também aumenta. Isso cria um ciclo virtuoso de crescimento econômico, onde a expansão de um setor estimula o crescimento de outro.

Delgado (2012) destaca que "o fortalecimento do comércio local, impulsionado pelo acesso ao crédito cooperativo, gera uma maior demanda por serviços especializados, criando novas oportunidades de emprego e contribuindo para a diversificação da economia regional". Este efeito multiplicador é vital para a criação de um ambiente econômico mais dinâmico e resiliente na região oeste do Paraná.

3.3.2 CONSEQUÊNCIAS NO SETOR DE EMPREGO E RENDA

Além de estimular o comércio e os serviços, as cooperativas de crédito contribuem para a geração de emprego e renda na região. A modernização e expansão do setor agrícola criam novas oportunidades de trabalho e aumentam a renda disponível para os trabalhadores rurais e suas famílias. As cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental na economia da região Oeste do Paraná, especialmente no que diz respeito ao setor de emprego e renda. Essas instituições, ao oferecerem serviços financeiros adaptados às necessidades locais, têm um impacto significativo na dinâmica econômica da região.

Segundo Veiga (2005), "a criação de empregos e o aumento da renda resultantes do crescimento agrícola têm um impacto positivo na qualidade de vida das famílias rurais e na economia local". Esse efeito positivo se reflete em uma maior capacidade de consumo e na melhoria das condições de vida na região.

A capacidade das cooperativas de crédito de oferecer financiamento acessível também contribui diretamente para a geração de emprego e renda na região. Com o crescimento do comércio e dos serviços, novas oportunidades de trabalho são criadas, aumentando a renda disponível para a população local e melhorando as condições de vida. As cooperativas de crédito, têm contribuído significativamente para a geração de empregos na região Oeste do Paraná. Piffer (2021) destaca que "as cooperativas de crédito criam empregos diretos e indiretos, não apenas dentro de suas próprias operações, mas também ao facilitar o crescimento dos setores agrícolas e industriais aos quais servem". As cooperativas oferecem uma gama de empregos, desde funções administrativas até suporte técnico, o que ajuda a fortalecer o mercado de trabalho local.

Além disso, as cooperativas desempenham um papel crucial na inclusão financeira e no fortalecimento das pequenas e médias empresas. Alves e Lima (2017) observam que "ao oferecer crédito acessível e serviços financeiros personalizados, as cooperativas de crédito possibilitam o crescimento de pequenos negócios e, conseqüentemente, a criação de novos postos de trabalho na região". Esse efeito multiplicador é essencial para o desenvolvimento econômico e para a diversificação do mercado de trabalho.

O impacto das cooperativas de crédito na renda dos trabalhadores e das famílias na região Oeste do Paraná é substancial. As cooperativas de crédito proporcionam condições de financiamento mais favoráveis, permitindo que os produtores ampliem suas operações e aumentem a produtividade, o que, por sua vez, contribui para o aumento da renda. O acesso a

crédito mais acessível e a melhores condições financeiras resulta em uma elevação da renda média dos trabalhadores rurais e das famílias.

No entanto, as consequências na renda podem variar entre diferentes áreas e grupos populacionais. Alves e Lima (2017) apontam que "enquanto algumas áreas se beneficiam significativamente do aumento na renda devido ao acesso a crédito e aos investimentos das cooperativas, outras podem não experimentar o mesmo nível de progresso econômico, revelando desigualdades na distribuição dos benefícios". A desigualdade na distribuição de renda é um desafio que precisa ser abordado para garantir que os benefícios do crescimento econômico sejam amplamente compartilhados.

Apesar dos benefícios, as cooperativas de crédito enfrentam desafios que podem impactar seu efeito no emprego e na renda. A necessidade de qualificação contínua da força de trabalho é uma questão importante. Piffer (2021) ressalta que "os trabalhadores e empreendedores precisam de capacitação para aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pelas cooperativas de crédito, garantindo que possam adaptar-se às novas demandas e tecnologias".

Além disso, a sustentabilidade e a diversificação econômica são preocupações significativas. A dependência excessiva das cooperativas de crédito e do setor agrícola pode representar um risco, tornando a diversificação econômica uma estratégia importante para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. A diversificação para outros setores pode ajudar a mitigar os riscos associados à concentração em um único setor econômico.

Veiga (2005) argumenta que "a geração de empregos e o aumento da renda resultantes do fortalecimento do comércio e dos serviços têm um impacto profundo na qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável". Este crescimento na renda não apenas beneficia os trabalhadores diretamente envolvidos nos setores de comércio e serviços, mas também tem um efeito positivo em toda a economia local, aumentando o consumo e estimulando outros setores.

As cooperativas de crédito têm um impacto profundo no setor de emprego e renda da região Oeste do Paraná. Elas contribuem para a criação de empregos e para o aumento da renda, ao mesmo tempo em que apresentam desafios relacionados à desigualdade e à necessidade de diversificação econômica. Gerir esses desafios e promover uma distribuição equitativa dos benefícios são aspectos essenciais para maximizar os impactos positivos das cooperativas na economia regional.

3.3.3 IMPLICAÇÕES DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O papel das cooperativas de crédito no fortalecimento do desenvolvimento local é outro aspecto que deve ser considerado nas políticas públicas. As cooperativas, por sua própria natureza, têm um compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Elas reinvestem seus lucros na comunidade, financiando projetos de desenvolvimento local e apoiando iniciativas sociais. De acordo com Delgado (2012), "o cooperativismo de crédito promove o desenvolvimento sustentável ao reinvestir na comunidade, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social".

Políticas públicas que reconheçam e incentivem o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento local podem ser uma ferramenta poderosa para o combate à pobreza e à desigualdade. Por exemplo, o governo pode estabelecer parcerias com cooperativas de crédito para financiar projetos de infraestrutura, educação e saúde em áreas carentes, utilizando o modelo cooperativo como uma forma de garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa.

Apesar dos benefícios significativos do cooperativismo de crédito, é essencial que existam políticas públicas adequadas para a regulação e supervisão dessas instituições. A falta de supervisão eficaz pode levar a problemas como má gestão financeira, fraudes e insolvência, que podem prejudicar a confiança no sistema cooperativo e minar os benefícios que ele oferece.

Segundo Costa e Rossetto (2016), "a regulação das cooperativas de crédito deve ser adaptada às suas especificidades, reconhecendo suas características únicas, mas sem deixar de garantir a segurança e a estabilidade do sistema financeiro como um todo". Isso significa que as políticas públicas devem equilibrar a necessidade de supervisão rigorosa com a flexibilidade necessária para permitir que as cooperativas de crédito operem de maneira eficaz.

Além disso, é importante que as políticas públicas considerem a capacitação e educação dos membros das cooperativas. Para Costa e Rossetto (2016), a formação adequada dos gestores e a educação financeira dos membros são essenciais para a sustentabilidade das cooperativas de crédito. Programas governamentais que ofereçam apoio técnico e educacional às cooperativas podem ajudar a garantir que essas instituições sejam bem administradas e possam continuar a oferecer benefícios significativos às suas comunidades.

Embora as cooperativas de crédito ofereçam muitas oportunidades para o desenvolvimento econômico e social, também existem desafios que devem ser enfrentados pelas políticas públicas. Um dos principais desafios é garantir que as cooperativas de crédito

possam competir em pé de igualdade com os bancos tradicionais, especialmente em um ambiente regulatório que muitas vezes favorece as grandes instituições financeiras.

Além disso, é necessário que as políticas públicas promovam a inovação dentro do setor cooperativo, incentivando o desenvolvimento de novos produtos e serviços que atendam às necessidades emergentes da população. Isso, segundo Costa e Rossetto (2016), pode incluir o apoio à digitalização das cooperativas de crédito, facilitando o acesso a serviços financeiros em áreas remotas e garantindo que essas instituições possam competir no mercado financeiro moderno.

As implicações do cooperativismo de crédito para as políticas públicas são vastas e significativas. Ao promover a inclusão financeira, fortalecer o desenvolvimento local, e criar oportunidades de cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito, as políticas públicas podem aproveitar o potencial dessas instituições para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que as políticas públicas sejam adaptadas às especificidades do setor cooperativo, garantindo a regulação adequada, a supervisão eficaz e o apoio contínuo ao desenvolvimento e à inovação dentro do setor.

3.3.4 COOPERAÇÃO ENTRE SETOR PÚBLICO E COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Uma das implicações mais importantes do cooperativismo de crédito para as políticas públicas é a oportunidade de cooperação entre o setor público e essas instituições. As cooperativas de crédito podem atuar como parceiras do governo na implementação de políticas de desenvolvimento, especialmente em áreas onde o acesso a serviços financeiros é limitado.

Por exemplo, as cooperativas de crédito podem ser utilizadas para distribuir crédito rural em regiões remotas, onde os bancos tradicionais têm pouca ou nenhuma presença. Essa cooperação pode ser benéfica para ambos os lados: o governo atinge seus objetivos de desenvolvimento e as cooperativas de crédito expandem sua base de membros e sua influência.

Em sua teoria institucional, destaca a importância das instituições no desenvolvimento econômico, argumentando que "instituições eficazes são aquelas que reduzem a incerteza e promovem a cooperação entre os atores econômicos" (NORTH, 1990). Nesse contexto, as políticas públicas que incentivam a cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito podem ser vistas como uma forma de criar instituições mais eficazes, que promovam o desenvolvimento sustentável.

A cooperação entre o setor público e cooperativas de crédito tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento econômico e social, especialmente em regiões que enfrentam dificuldades de acesso a serviços financeiros tradicionais. A importância dessa colaboração reside na capacidade das cooperativas de crédito de oferecer serviços financeiros de maneira mais acessível e personalizada, e na possibilidade de o setor público fortalecer a inclusão financeira e estimular o desenvolvimento regional por meio de políticas e regulamentações adequadas.

As cooperativas de crédito, por sua natureza, são instituições financeiras que operam com o objetivo de servir aos seus membros, promovendo a solidariedade e a mutualidade. Segundo o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob, 2022), essas instituições proporcionam acesso a serviços financeiros de forma mais equitativa e com taxas mais baixas do que as instituições financeiras convencionais. O modelo cooperativo permite que os membros participem ativamente na gestão e nas decisões da cooperativa, refletindo um compromisso com a comunidade e com o desenvolvimento local.

O setor público, por sua vez, desempenha um papel crucial na regulamentação e no suporte das cooperativas de crédito. Políticas públicas que incentivam a criação e o fortalecimento dessas instituições são essenciais para ampliar o acesso aos serviços financeiros e fomentar a inclusão social. De acordo com o Banco Central do Brasil (2021), a regulação adequada e os incentivos fiscais são ferramentas importantes para garantir a sustentabilidade das cooperativas de crédito e seu papel no sistema financeiro nacional.

Uma das formas de cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito é a criação de programas de incentivo e financiamento para projetos de desenvolvimento local. Esses programas visam apoiar iniciativas que promovem a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades atendidas pelas cooperativas. De acordo com Silva (2023), "a parceria entre o setor público e as cooperativas de crédito pode resultar em projetos inovadores que atendem às necessidades específicas das regiões, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável."

Além disso, a colaboração pode se manifestar em formas de capacitação e treinamento para os gestores das cooperativas. Programas de capacitação promovidos por órgãos governamentais e por entidades do setor podem melhorar a gestão das cooperativas, tornando-as mais eficientes e eficazes na prestação de serviços. Santos (2022) afirma que "a capacitação de gestores e funcionários das cooperativas de crédito é fundamental para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos e para a boa gestão dos recursos financeiros."

Outra dimensão importante dessa cooperação é a atuação conjunta em iniciativas de inclusão financeira. As cooperativas de crédito, com seu foco em atender às necessidades de suas comunidades, têm a capacidade de promover a inclusão financeira em regiões desatendidas. A atuação do setor público em criar e apoiar políticas de inclusão financeira pode potencializar esse efeito. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), "a inclusão financeira é um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social, e a cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito pode ajudar a superar barreiras que impedem o acesso aos serviços financeiros."

No entanto, a cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito também enfrenta desafios. A burocracia e a falta de entendimento sobre o funcionamento das cooperativas por parte de alguns órgãos públicos podem dificultar a implementação de políticas e programas. Além disso, é necessário garantir que as políticas de incentivo não se tornem um fardo financeiro para o governo ou criem distorções no mercado financeiro. Segundo Oliveira (2023), "é essencial que haja uma compreensão clara das especificidades das cooperativas de crédito para que as políticas públicas sejam eficazes e realmente beneficiem as comunidades."

Entende-se então, que a cooperação entre o setor público e as cooperativas de crédito é uma estratégia promissora para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento regional. Através de incentivos, regulamentações adequadas e programas de capacitação, é possível fortalecer as cooperativas e ampliar seu impacto positivo nas comunidades. Entretanto, para que essa cooperação seja bem-sucedida, é fundamental que haja um entendimento mútuo e um alinhamento de objetivos entre as partes envolvidas.

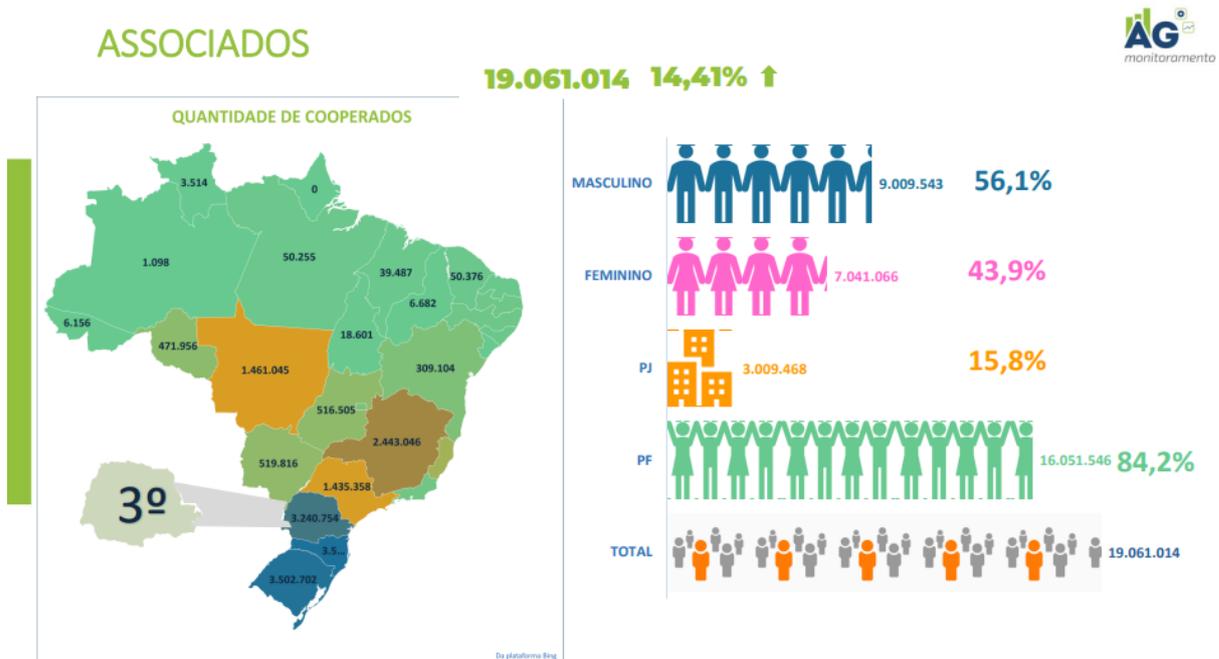
3.4 CENÁRIO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

O cooperativismo de crédito é um setor vital para a economia brasileira, oferecendo uma alternativa sólida às instituições financeiras tradicionais. No estado do Paraná, a região Oeste tem se destacado como um polo significativo deste modelo cooperativo, refletindo tanto as suas oportunidades quanto os desafios específicos da área. Este texto explora o cenário atual do cooperativismo de crédito na região Oeste do Paraná, destacando suas características, benefícios e obstáculos, e apresentando contribuições relevantes de estudiosos e especialistas sobre o tema.

O cooperativismo de crédito no Paraná possui uma trajetória robusta, com crescimento constante ao longo dos anos. As cooperativas de crédito, organizadas sob a forma de cooperativas financeiras, têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento econômico

local, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos. Segundo Fernandes (2021), "as cooperativas de crédito têm sido fundamentais para a inclusão financeira e o fomento ao desenvolvimento econômico nas regiões menos atendidas pelos bancos tradicionais" (p. 45).

Figura 04 – número de associados por estado brasileiro.

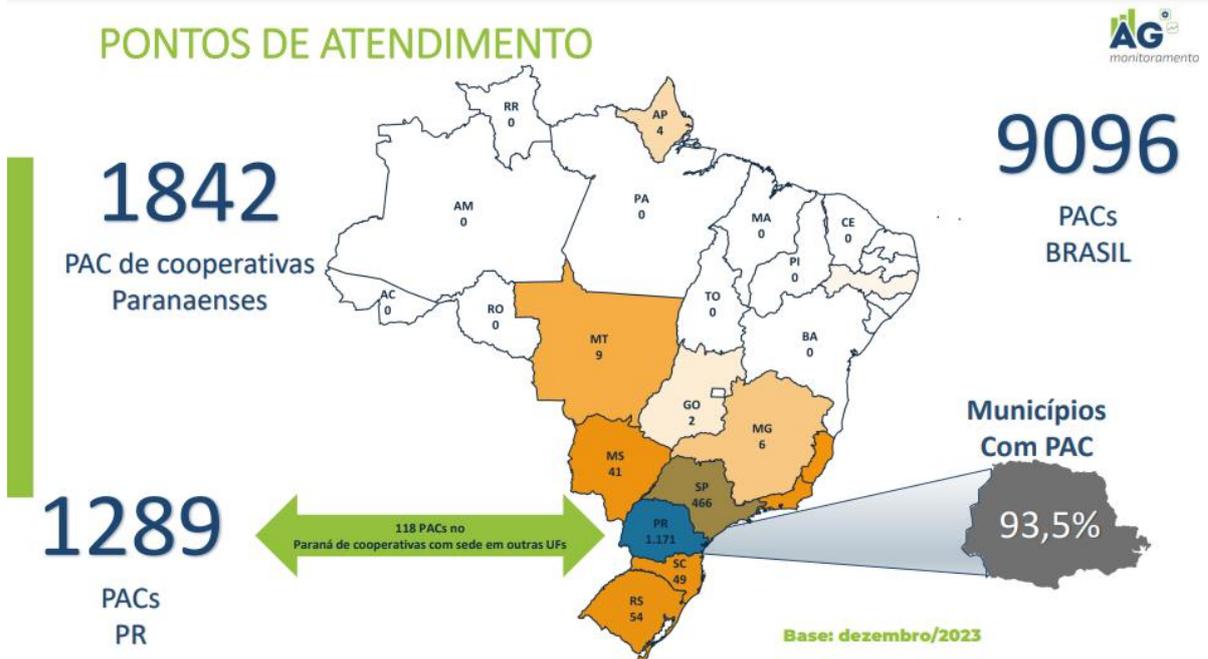


FONTE: OCEPAR. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/images/unidades/pr/comunicacao/2024/cenarios_coop/ramo_credito_dez_2023.pdf>. Acesso em: 12/ago/2024.

Pode-se observar na imagem acima, que o Paraná é o 3º estado com maior número de associados em cooperativas de crédito. No Brasil, são 19.061.014 de associados, sendo que dentre eles, 56,1% correspondem à associados do sexo masculino e 43,9% correspondem a associados do sexo feminino; 15,8%, correspondem a empresas e 84,2% correspondem a contas PF (pessoa física).

A atuação das cooperativas de crédito é baseada em princípios cooperativos que valorizam a participação e o benefício mútuo dos associados. Na prática, isso se traduz em taxas de juros mais baixas, condições de empréstimo mais favoráveis e um atendimento mais personalizado (Silva, 2022). No Paraná, especialmente na região Oeste, essa abordagem tem se mostrado particularmente eficaz, dada a grande quantidade de pequenos e médios produtores rurais e empreendedores locais que buscam alternativas aos serviços bancários convencionais.

Figura 05 – número de pontos de PACs por estado brasileiro.



FONTE: OCEPAR. Disponível em: <
https://www.paranacooperativo.coop.br/images/unidades/pr/comunicacao/2024/cenarios_coop/ramo_credito_dez_2023.pdf>. Acesso em: 12/ago/2024.

Figura 06 – número de pontos de PACs no Paraná.

TOTAL DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ	399	
Municípios com Posto de Atendimento Cooperativo - PAC	373	93,5%
Municípios sem Posto de Atendimento Cooperativo - PAC	26	6,5%
Total de PACs no Paraná	1289	

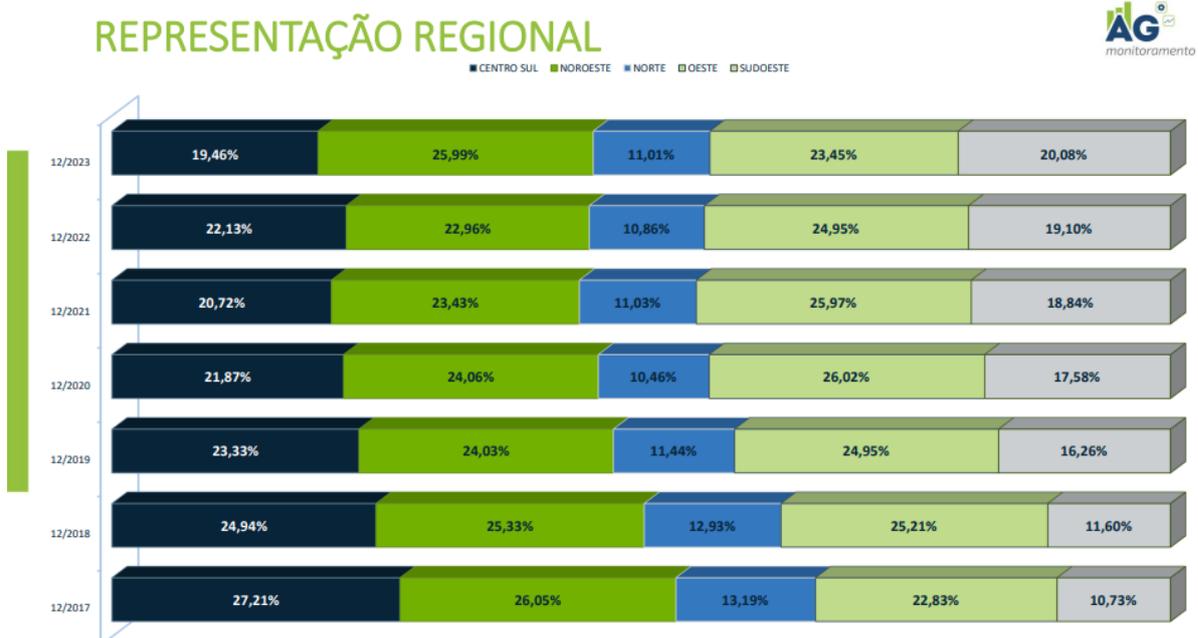
Municípios sem PACs		
Município	Município	Município
Adrianópolis	Iguaçu	Nova Aliança do Ivaí
Antonina	Inajá	Paranapoema
Campo Magro	Itaguajé	Rio Branco do Ivaí
Cruzeiro do Sul	Itaúna do Sul	Salto do Itararé
Doutor Ulysses	Ivaté	Santa Inês
Fernandes Pinheiro	Jardim Olinda	São Tomé
Florestópolis	Mirador	Tunas do Paraná
Guaporema	Miraselva	Uniflor
Guaraqueçaba	Nossa Senhora das Graças	

FONTE: OCEPAR. Disponível em: <
https://www.paranacooperativo.coop.br/images/unidades/pr/comunicacao/2024/cenarios_coop/ramo_credito_dez_2023.pdf>. Acesso em: 12/ago/2024.

No contexto das cooperativas de crédito, PACs referem-se a **Planos de Ação de Cooperativas**, um conceito que pode variar em detalhes, mas está relacionado a estratégias e programas destinados a promover a eficácia, o crescimento e a sustentabilidade das cooperativas de crédito. Esses planos têm como objetivo melhorar a gestão, ampliar a base de associados, otimizar serviços financeiros e fortalecer a presença no mercado.

Os PACs incluem o desenvolvimento de um planejamento estratégico detalhado que define metas e objetivos de curto e longo prazo. Esse planejamento pode abordar questões como expansão de mercado, inovação de produtos, eficiência operacional, tecnologia e inovação, compliance e transparência e responsabilidade social. Esses PACs são essenciais para garantir que as cooperativas de crédito possam atender às necessidades de seus associados de maneira eficiente e continuar a desempenhar um papel crucial no sistema financeiro.

Figura 06 – Distribuição de PACs por região paranaense.



FONTE: OCEPAR. Disponível em: <
https://www.paranacooperativo.coop.br/images/unidades/pr/comunicacao/2024/cenarios_coop/ramo_credito_dez_2023.pdf>. Acesso em: 12/ago/2024.

Os benefícios proporcionados pelas cooperativas de crédito são amplamente reconhecidos. Elas oferecem não apenas serviços financeiros, mas também um suporte integral para os associados. De acordo com Lima (2023), "as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento local ao reinvestir os recursos gerados na própria comunidade, fortalecendo a economia regional" (p. 34). Na região Oeste do Paraná, isso se traduz em um impacto positivo tanto na geração de emprego quanto no incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, a proximidade entre os membros e a instituição promove um ambiente de confiança e colaboração, fundamental para a construção de um relacionamento financeiro duradouro e eficiente. As cooperativas de crédito têm sido descritas como "uma extensão da comunidade local, que entende e responde às necessidades específicas de seus associados" (Costa, 2022, p. 67).

Apesar dos muitos benefícios, as cooperativas de crédito na região Oeste enfrentam desafios significativos. Um dos principais é a necessidade de modernização tecnológica para acompanhar as tendências do mercado financeiro. A digitalização dos serviços financeiros é uma tendência global, e as cooperativas de crédito precisam investir em tecnologia para oferecer soluções inovadoras e melhorar a experiência dos associados (Martins, 2024).

Outro desafio é a competição com grandes instituições financeiras, que possuem mais recursos e uma presença mais ampla. No entanto, "o diferencial das cooperativas de crédito reside na sua capacidade de oferecer um atendimento personalizado e focado no bem-estar da comunidade" (Oliveira, 2024, p. 92). A capacidade de adaptar-se às necessidades locais e oferecer soluções personalizadas continua sendo uma vantagem significativa.

O cooperativismo de crédito na região Oeste do Paraná representa um modelo eficaz de inclusão financeira e desenvolvimento econômico local. As cooperativas de crédito desempenham um papel crucial no suporte aos pequenos e médios produtores, oferecendo serviços adaptados às suas necessidades e contribuindo para a prosperidade regional. Apesar dos desafios enfrentados, a adaptação às novas tecnologias e a manutenção do foco na comunidade são fundamentais para a continuidade do sucesso deste modelo cooperativo.

3.5 COOPERATIVISMO PARANAENSE: FATURAMENTO

Desde 2021, as cooperativas de crédito no Brasil têm experimentado um aumento significativo em seu faturamento, refletindo uma mudança notável no cenário financeiro. Esse crescimento pode ser atribuído a uma combinação de fatores econômicos, tecnológicos e sociais que influenciaram tanto a demanda por serviços financeiros cooperativos quanto a capacidade dessas instituições de se adaptar e expandir suas operações.

Um dos principais fatores para o aumento de faturamento das cooperativas de crédito é a mudança no comportamento dos consumidores, que passaram a buscar alternativas aos bancos tradicionais. De acordo com Silva (2023), "a crescente insatisfação com os serviços oferecidos pelos bancos tradicionais, juntamente com uma demanda por taxas mais baixas e

atendimento mais personalizado, tem levado muitos consumidores a buscar as cooperativas de crédito" (p. 89). Esse movimento foi acelerado pela pandemia de COVID-19, que gerou uma maior conscientização sobre a importância da gestão financeira eficiente e da proximidade com instituições que compreendem as necessidades locais.

Figura 07 – Demonstrativo de faturamento das cooperativas de crédito do Paraná, até 2023.



FONTE: OCEPAR. Disponível em: <https://www.paranacooperativo.coop.br/images/unidades/pr/comunicacao/2024/cenarios_coop/ramo_credito_dez_2023.pdf>. Acesso em: 12/ago/2024.

Os avanços tecnológicos desempenharam um papel crucial no crescimento das cooperativas de crédito. A adoção de novas tecnologias permitiu que essas instituições modernizassem seus serviços e ampliassem sua base de associados. Segundo Oliveira (2024), "a implementação de tecnologias digitais, como plataformas de banking online e aplicativos móveis, tem possibilitado às cooperativas de crédito oferecer um atendimento mais eficiente e acessível, atraindo um público mais jovem e tecnicamente engajado" (p. 112). Esses avanços também facilitaram a automação de processos e a integração de sistemas, o que contribuiu para uma gestão mais eficaz e menos onerosa.

As cooperativas de crédito também têm se beneficiado de estratégias de expansão e diversificação. Muitas cooperativas têm ampliado suas áreas de atuação e diversificado seus produtos financeiros para atender a um público mais amplo. Fernandes (2022) destaca que "as cooperativas têm investido na diversificação de seus serviços, incluindo seguros, investimentos e financiamentos específicos para diferentes nichos de mercado, o que tem contribuído para um

aumento substancial no faturamento" (p. 56). Essas estratégias não só aumentaram a receita das cooperativas, mas também melhoraram a competitividade em relação aos bancos tradicionais.

Outro fator relevante é o papel das cooperativas de crédito na promoção da inclusão financeira e no apoio à economia local. Martins (2023) observa que "as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel importante na inclusão financeira de populações desatendidas e na promoção do desenvolvimento econômico local, o que tem impulsionado a confiança e a adesão dos associados" (p. 74). Ao focar em comunidades locais e oferecer produtos adaptados às necessidades regionais, as cooperativas têm conseguido atrair e reter um número crescente de associados.

Finalmente, o contexto econômico favorável desde 2021 também tem contribuído para o crescimento das cooperativas de crédito. A recuperação econômica pós-pandemia, combinada com políticas de incentivo ao crédito e ao investimento, tem criado um ambiente propício para a expansão das cooperativas. Ribeiro (2024) menciona que "a recuperação econômica e as políticas de estímulo ao crédito têm gerado um aumento na demanda por serviços financeiros, beneficiando diretamente as cooperativas de crédito que têm se posicionado de forma estratégica para aproveitar essas oportunidades" (p. 101).

O aumento brusco de faturamento das cooperativas de crédito desde 2021 pode ser explicado por uma combinação de fatores que incluem mudanças no comportamento dos consumidores, avanços tecnológicos, estratégias de expansão e diversificação, o papel na inclusão financeira e um contexto econômico favorável. Esses fatores têm permitido que as cooperativas se adaptem e prosperem em um ambiente financeiro em constante mudança.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

As discussões em torno da influência do cooperativismo de crédito nos setores da economia na região Oeste do Paraná revelam que essas cooperativas desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico local. Estudos indicam que o cooperativismo de crédito fortalece as cadeias produtivas ao oferecer condições financeiras mais acessíveis e personalizadas para pequenos e médios produtores, promovendo maior competitividade e sustentabilidade econômica. Os resultados mostram que as cooperativas de crédito não apenas ampliam o acesso ao financiamento, mas também fomentam uma cultura de cooperação e solidariedade entre os membros, o que contribui para a resiliência econômica da região. Além disso, a presença dessas cooperativas está associada ao aumento da renda local e à criação de novos negócios, gerando um impacto positivo em diversos setores, como a agricultura, o

comércio e a indústria. Dessa forma, o cooperativismo de crédito se consolida como um motor de desenvolvimento regional, com efeitos diretos na melhoria das condições socioeconômicas do Oeste do Paraná.

4.1 INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO, CRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO NAS INSTITUIÇÕES E NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A interseção entre agronegócio, crédito e políticas públicas é fundamental para compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico e o papel das instituições na promoção da prosperidade regional e nacional. O agronegócio, um setor estratégico para muitas economias, não apenas desempenha um papel crucial na produção de alimentos e na segurança alimentar, mas também é um motor significativo de crescimento econômico e inovação. A influência desse setor é amplificada pela disponibilidade e acesso ao crédito, que proporciona os recursos necessários para investimentos e expansão. Adicionalmente, as políticas públicas voltadas para o agronegócio moldam o ambiente em que essas operações ocorrem, criando um quadro regulatório e de apoio que pode facilitar ou limitar o crescimento do setor.

Esta análise busca explorar como o agronegócio, o crédito e as políticas públicas interagem para impactar as instituições e o desenvolvimento econômico. O agronegócio, com sua capacidade de gerar emprego, fomentar o desenvolvimento rural e estimular a economia regional, é um setor cuja eficácia pode ser significativamente aprimorada ou prejudicada pelo acesso ao crédito e pelas políticas governamentais. O crédito, como um dos principais instrumentos financeiros, é essencial para o financiamento de atividades agrícolas, permitindo a aquisição de insumos, tecnologia e infraestrutura, o que, por sua vez, influencia diretamente a produtividade e a competitividade do setor.

Além disso, as políticas públicas desempenham um papel vital ao estabelecer as condições em que o agronegócio opera. Políticas eficazes podem criar incentivos para a inovação e o investimento, enquanto políticas mal elaboradas podem resultar em barreiras ao crescimento e à eficiência. Essas políticas abrangem desde subsídios e incentivos fiscais até regulamentações ambientais e de segurança alimentar, refletindo a importância de uma abordagem integrada que alinhe os objetivos econômicos e sociais com as necessidades do setor.

Ao examinar a influência desses fatores no desenvolvimento econômico e nas instituições, é possível entender melhor como o suporte adequado pode levar a uma expansão

sustentável e inclusiva do agronegócio. Essa análise também ajuda a identificar áreas onde as políticas podem ser ajustadas para melhorar o desempenho do setor e promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado e equitativo.

Portanto, a inter-relação entre agronegócio, crédito e políticas públicas não só define o sucesso do setor agrícola, mas também impacta profundamente as instituições econômicas e sociais que suportam o desenvolvimento econômico. A compreensão desses vínculos é essencial para a formulação de estratégias eficazes que promovam a prosperidade econômica e o bem-estar social, garantindo que o potencial do agronegócio seja totalmente realizado de forma sustentável e benéfica para a sociedade como um todo.

4.2 INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NAS INSTITUIÇÕES.

O agronegócio é um setor vital para muitas economias ao redor do mundo, desempenhando um papel crucial na produção de alimentos, na geração de empregos e no crescimento econômico. Sua influência nas instituições é significativa e multifacetada, afetando desde a formulação de políticas públicas até a dinâmica das instituições financeiras e regulatórias. Este texto explora como o agronegócio interage com as instituições e como essa relação molda o desenvolvimento econômico e social.

A região Oeste do Paraná, um dos mais importantes polos agroindustriais do Brasil, demonstra a força e a influência do agronegócio na configuração das instituições locais e regionais. O agronegócio, com sua capacidade de geração de riqueza e emprego, tem impactos profundos sobre a economia, a política e a sociedade, moldando a estrutura institucional da região de maneiras que refletem seu papel crucial na economia nacional.

O Oeste do Paraná é conhecido por sua produção diversificada, incluindo soja, milho, trigo e leite, além de ser um importante centro de produção de carnes. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2023), o estado do Paraná é um dos maiores produtores de soja do Brasil, e a região Oeste desempenha um papel fundamental nesse cenário. A riqueza gerada pelo agronegócio tem um impacto direto nas instituições locais, tanto no setor público quanto no privado.

No âmbito econômico, o agronegócio na região Oeste do Paraná tem estimulado o desenvolvimento de diversas instituições financeiras e cooperativas de crédito, que oferecem suporte financeiro essencial para o setor. O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2024) destaca que as cooperativas de crédito na região têm desempenhado um papel crucial ao oferecer linhas de crédito adaptadas às necessidades dos

produtores rurais, promovendo a expansão das atividades agrícolas e agroindustriais. Essa situação reflete uma integração entre o agronegócio e as instituições financeiras locais, evidenciando uma relação de dependência e colaboração mútua.

Além das instituições financeiras, o agronegócio influencia as políticas públicas e a administração regional. A pressão dos grandes produtores e das associações de classe tem levado a uma maior atenção por parte dos gestores públicos às demandas do setor. De acordo com Campos (2023), "a influência do agronegócio nas decisões políticas e administrativas é notável, pois as demandas do setor frequentemente orientam as políticas públicas locais, desde a infraestrutura até a regulamentação ambiental."

As políticas de infraestrutura são um exemplo claro dessa influência. O agronegócio, com sua necessidade de escoamento da produção, tem impulsionado investimentos em rodovias, ferrovias e portos na região Oeste. Segundo Oliveira (2022), "o desenvolvimento da infraestrutura na região é fortemente impulsionado pela demanda do agronegócio, que requer melhorias contínuas para garantir o escoamento eficiente da produção." Tais investimentos não só beneficiam o setor agroindustrial, mas também promovem o crescimento econômico geral da região.

No entanto, a influência do agronegócio nas instituições não é isenta de controvérsias. Questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade são frequentemente levantadas em debates sobre o impacto do agronegócio. As práticas intensivas de cultivo e pecuária têm levado a desafios ambientais significativos, como a degradação do solo e a poluição das águas. Segundo Fauro, Toniol e Serra (2016), a expansão do agronegócio na região Oeste tem gerado impactos ambientais que exigem uma maior regulamentação e fiscalização para garantir práticas sustentáveis.

Além disso, a influência do agronegócio também se reflete na dinâmica social da região. O crescimento econômico impulsionado pelo setor tem contribuído para uma melhoria nas condições de vida, mas também gerou desafios, como a desigualdade e a concentração de renda. Segundo Santos (2022), "o agronegócio tem promovido um crescimento econômico significativo, mas as disparidades sociais ainda persistem, exigindo políticas públicas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a justiça social."

As instituições educacionais e de pesquisa na região Oeste do Paraná também são impactadas pelo agronegócio. A necessidade de inovação tecnológica e de técnicas de cultivo mais eficientes tem levado à criação de centros de pesquisa e universidades voltadas para o desenvolvimento do setor.

Em resumo, o agronegócio exerce uma influência profunda e multifacetada sobre as instituições na região Oeste do Paraná. Desde o impacto econômico e político até as questões ambientais e sociais, o setor molda a dinâmica da região de maneira significativa. A colaboração entre o agronegócio e as instituições locais, bem como a necessidade de políticas públicas equilibradas, são cruciais para assegurar que os benefícios do crescimento econômico sejam amplamente distribuídos e sustentáveis.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O agronegócio exerce uma influência substancial na formulação de políticas públicas. A magnitude e a importância do setor frequentemente fazem com que os interesses dos produtores e das empresas agrícolas sejam considerados nas decisões governamentais. Políticas públicas voltadas para o agronegócio podem incluir subsídios, incentivos fiscais, regulamentações ambientais e investimentos em infraestrutura. Essas políticas são fundamentais para o desenvolvimento do setor, influenciando diretamente a produtividade e a competitividade (Klein & Baethgen, 2018).

A região Oeste do Paraná destaca-se como um dos maiores polos agroindustriais do Brasil, e sua importância para a economia nacional não pode ser subestimada. O agronegócio, com sua vasta capacidade de produção e exportação, exerce uma influência considerável sobre as políticas públicas e sobre as instituições financeiras locais. Essas interações geram consequências profundas tanto para o desenvolvimento regional quanto para a estrutura das instituições envolvidas.

Os subsídios agrícolas, por exemplo, são uma ferramenta comum utilizada pelos governos para apoiar a produção e estabilizar os preços. No entanto, esses subsídios podem ter efeitos colaterais, como a distorção dos mercados e o impacto ambiental adverso. Portanto, a forma como essas políticas são formuladas e implementadas reflete a capacidade das instituições de equilibrar os interesses econômicos e ambientais (Burlamaqui & Kregel, 2014). As políticas que promovem a inovação tecnológica e a sustentabilidade no agronegócio também são exemplos de como as instituições podem adaptar-se às novas demandas e desafios.

O agronegócio tem um impacto direto nas políticas públicas da região Oeste do Paraná, moldando as prioridades e as estratégias dos gestores locais e estaduais. O crescimento robusto do setor exige investimentos significativos em infraestrutura, como rodovias e ferrovias, para

garantir o escoamento eficiente da produção. Segundo Lima (2022), "a demanda crescente do agronegócio por infraestrutura de transporte tem levado os governos a priorizarem projetos de expansão e melhoria das estradas e ferrovias na região."

Além disso, a pressão do agronegócio tem influenciado a formulação de políticas ambientais e de uso da terra. A expansão das áreas cultiváveis e a intensificação das atividades agropecuárias frequentemente entram em conflito com a conservação ambiental. A expansão das atividades agroindustriais tem gerado desafios significativos para a preservação ambiental, levando a uma necessidade urgente de regulamentações mais rigorosas para mitigar as consequências negativas.

O poder político do setor agroindustrial também é evidente nas campanhas eleitorais e na formulação de políticas públicas. O agronegócio é um dos maiores doadores de campanhas eleitorais, o que pode influenciar as decisões dos políticos. Silva (2023) aponta que "os grandes produtores e associações agroindustriais têm uma presença significativa nas campanhas eleitorais, o que pode levar a uma maior influência sobre as políticas públicas favoráveis ao setor."

O agronegócio também exerce uma influência substancial sobre as instituições financeiras na região Oeste do Paraná. O setor gera uma demanda constante por serviços financeiros, incluindo crédito agrícola e investimentos em tecnologia. As instituições financeiras, por sua vez, adaptam suas ofertas para atender às necessidades específicas dos produtores rurais e das empresas agroindustriais.

O acesso ao crédito é essencial para os produtores agrícolas, que frequentemente necessitam de financiamento para a aquisição de insumos, equipamentos e tecnologia. As instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito, desempenham um papel crucial ao fornecer os recursos necessários para o desenvolvimento do setor agrícola.

As cooperativas de crédito e os bancos locais desempenham um papel crucial ao fornecer linhas de crédito adaptadas às necessidades do agronegócio. De acordo com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE, 2021), "o financiamento do agronegócio é um dos principais segmentos de atuação das instituições financeiras na região, com produtos específicos desenvolvidos para atender aos ciclos produtivos e às demandas sazonais do setor."

A influência do agronegócio nas instituições financeiras também se reflete na estabilidade e no crescimento econômico local. O sucesso do setor agroindustrial contribui para a saúde financeira das instituições que o atendem, promovendo um ambiente econômico mais robusto. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2023), "a prosperidade do

agronegócio tem um efeito positivo sobre a rentabilidade das instituições financeiras, que se beneficiam do aumento do volume de negócios e da demanda por serviços financeiros."

A dependência das instituições financeiras em relação ao agronegócio pode representar riscos, especialmente em períodos de volatilidade nos preços das commodities e nas condições climáticas adversas. Segundo Costa (2022), "a concentração de crédito nas atividades agroindustriais pode expor as instituições financeiras a riscos significativos, particularmente durante crises econômicas ou eventos climáticos extremos."

No entanto, o setor enfrenta desafios relacionados à gestão de riscos e à volatilidade dos preços das commodities. As instituições financeiras devem adaptar suas práticas para lidar com esses riscos, oferecendo produtos financeiros que atendam às necessidades específicas dos agricultores e promovam a estabilidade financeira (Pereira & Silva, 2020). A análise do risco climático e a inclusão de práticas sustentáveis nos financiamentos são aspectos cada vez mais importantes para as instituições financeiras que atuam no setor agrícola.

As consequências do agronegócio nas políticas públicas e nas instituições financeiras na região Oeste do Paraná apresenta tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, o setor impulsiona o desenvolvimento econômico e a melhoria da infraestrutura, contribuindo para o crescimento regional. Por outro lado, a pressão para atender às demandas do setor pode levar a desafios, como a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a gestão de riscos financeiros.

A integração entre o agronegócio e as instituições financeiras pode também promover inovações e melhorias nos serviços financeiros. A crescente demanda por tecnologias agrícolas e práticas sustentáveis pode impulsionar a criação de novos produtos financeiros e serviços especializados. Segundo Oliveira (2023), "a inovação no setor financeiro, impulsionada pelas necessidades do agronegócio, pode resultar em soluções mais eficientes e sustentáveis para o financiamento agrícola."

Em suma, o agronegócio exerce uma influência significativa sobre as políticas públicas e as instituições financeiras na região Oeste do Paraná. Essa influência molda a formulação de políticas, impacta a infraestrutura e orienta as práticas financeiras locais. Embora a prosperidade do setor traga benefícios econômicos substanciais, também levanta desafios que precisam ser abordados com uma abordagem equilibrada e sustentável. A colaboração entre o setor agroindustrial, o governo e as instituições financeiras é essencial para maximizar os benefícios e mitigar os riscos associados a essa influência.

4.3.1 CONSEQUÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES REGULATÓRIAS E AMBIENTAIS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

A região Oeste do Paraná destaca-se como um dos mais importantes polos agroindustriais do Brasil, desempenhando um papel crucial na produção de grãos, carnes e leite. A magnitude e a intensidade das atividades agroindustriais na região têm consequências significativas para as instituições regulatórias e ambientais, que enfrentam desafios complexos na gestão e na preservação dos recursos naturais. Esta inter-relação entre o agronegócio e as instituições regulatórias e ambientais revela tanto oportunidades quanto tensões, refletindo a necessidade de uma abordagem equilibrada e sustentável.

As instituições regulatórias e ambientais também são profundamente impactadas pelo agronegócio. A necessidade de regulamentar práticas agrícolas para garantir a sustentabilidade e a proteção ambiental leva à criação e à implementação de normas e regulamentações específicas. Essas regulamentações abordam questões como o uso de pesticidas, a conservação do solo e a gestão de recursos hídricos (Godoy et al., 2017).

As instituições regulatórias na região Oeste do Paraná, como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e as secretarias municipais de meio ambiente, desempenham um papel vital na supervisão das atividades agroindustriais. A pressão exercida pelo setor agroindustrial pode influenciar a formulação e a implementação das políticas regulatórias. A demanda por expansão de áreas cultiváveis e a intensificação das práticas agrícolas frequentemente desafiam a capacidade das instituições regulatórias de manter um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

A influência do agronegócio nas instituições regulatórias pode ser observada na forma como os grupos de interesse agrícola interagem com os órgãos reguladores para moldar as políticas e regulamentações. O lobby agrícola, por exemplo, pode afetar a forma como as regulamentações são elaboradas e implementadas, refletindo os interesses econômicos do setor e suas prioridades (Dube et al., 2019).

Segundo Silva (2022), "a crescente pressão do agronegócio sobre as instituições regulatórias tem levado a uma revisão constante das normas e regulamentações, com o objetivo de atender às demandas do setor sem comprometer a integridade ambiental." A necessidade de atualizar regulamentos para refletir as novas práticas e tecnologias no agronegócio exige um esforço contínuo por parte das autoridades regulatórias.

Além disso, a complexidade das regulamentações ambientais e a necessidade de fiscalização rigorosa são intensificadas pela extensão das atividades agroindustriais. De acordo

com Lima (2023), "a extensão territorial das atividades agroindustriais e a diversidade de práticas requerem um sistema de monitoramento eficaz, que pode ser desafiador de implementar com recursos limitados."

As instituições regulatórias também enfrentam desafios relacionados à implementação de políticas ambientais. A dificuldade em assegurar o cumprimento das normas ambientais, especialmente em áreas remotas, pode resultar em impactos negativos significativos. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (2023), a fiscalização e a aplicação das regulamentações ambientais são frequentemente comprometidas por limitações logísticas e pela falta de recursos adequados.

O impacto do agronegócio nas instituições ambientais é particularmente notável na região Oeste do Paraná, onde a expansão agrícola tem gerado desafios significativos para a preservação ambiental. A degradação do solo, a poluição das águas e a perda de biodiversidade são questões críticas que afetam diretamente a gestão ambiental. A degradação do solo, resultante da expansão das áreas cultiváveis e do uso intensivo de práticas agrícolas, é uma preocupação central para as instituições ambientais. De acordo com Costa (2023), "a intensificação das práticas agrícolas tem contribuído para a degradação do solo, exigindo intervenções adequadas para restaurar a saúde do solo e prevenir a erosão." As técnicas de cultivo inadequadas e o uso excessivo de fertilizantes e pesticidas podem levar à degradação e à perda de qualidade do solo, afetando a produtividade agrícola a longo prazo.

A poluição das águas é outra consequência significativa das atividades agroindustriais. O escoamento de fertilizantes e pesticidas para os corpos d'água pode levar à eutrofização e à contaminação de recursos hídricos, afetando a qualidade da água e a vida aquática. Segundo o Relatório Ambiental do Estado do Paraná (2023), "a poluição das águas por produtos químicos agrícolas é uma questão crítica que exige uma abordagem integrada para a gestão e a proteção dos recursos hídricos."

A perda de biodiversidade é um impacto ambiental significativo associado à expansão agrícola. A conversão de áreas de vegetação nativa em áreas agrícolas reduz o habitat disponível para muitas espécies e altera os ecossistemas locais. De acordo com o estudo de Santos (2022), "a conversão de áreas naturais em áreas cultiváveis tem um impacto adverso sobre a biodiversidade local, reduzindo a variedade de espécies e a integridade dos ecossistemas."

Os desafios enfrentados pelas instituições regulatórias e ambientais na região Oeste do Paraná são complexos e multifacetados. A necessidade de balancear o crescimento econômico impulsionado pelo agronegócio com a conservação ambiental exige uma abordagem colaborativa e inovadora. As instituições regulatórias devem encontrar formas de atualizar e

implementar regulamentações de forma eficaz, enquanto as instituições ambientais precisam desenvolver estratégias para mitigar os impactos negativos das atividades agroindustriais.

Uma oportunidade importante para enfrentar esses desafios é a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. A adoção de técnicas como a agricultura de precisão, a rotação de culturas e a conservação do solo pode ajudar a reduzir os impactos negativos e promover um desenvolvimento mais equilibrado. Segundo Oliveira (2024), "a implementação de práticas agrícolas sustentáveis pode desempenhar um papel crucial na redução dos impactos ambientais e na promoção da saúde dos ecossistemas."

Além disso, a colaboração entre o setor agroindustrial, as instituições regulatórias e as organizações ambientais pode contribuir para a criação de soluções inovadoras e eficazes. Programas de certificação ambiental e iniciativas de responsabilidade corporativa podem incentivar práticas mais sustentáveis e garantir a conformidade com as regulamentações. O Relatório Ambiental do Estado do Paraná (2023) destaca que "a cooperação entre diferentes partes interessadas é fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável e garantir a proteção dos recursos naturais."

As consequências do agronegócio nas instituições regulatórias e ambientais na região Oeste do Paraná refletem uma complexa interação entre crescimento econômico e conservação ambiental. Enquanto o setor agroindustrial impulsiona o desenvolvimento regional e contribui para a economia local, também impõe desafios significativos para a gestão e a preservação dos recursos naturais. A abordagem equilibrada e colaborativa entre as instituições regulatórias, ambientais e o setor agroindustrial é essencial para garantir que o desenvolvimento seja sustentável e que os impactos negativos sejam minimizados.

4.4 RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

A interação entre o agronegócio e as organizações de desenvolvimento e pesquisa é fundamental para a inovação e a sustentabilidade no setor agroindustrial. Essas relações influenciam desde a aplicação de novas tecnologias até a implementação de práticas mais sustentáveis, impactando a eficiência e a competitividade do setor. Este texto explora as dinâmicas dessas relações, destacando como a colaboração entre o agronegócio e as instituições de pesquisa e desenvolvimento contribui para o avanço do setor.

Organizações de pesquisa agrícola e instituições de desenvolvimento desempenham um papel crucial na promoção de práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis. A colaboração entre o setor agrícola e essas instituições pode levar ao desenvolvimento de novas tecnologias,

práticas de cultivo e métodos de gestão que beneficiam tanto os produtores quanto o meio ambiente (Fuglie & Rada, 2017).

As organizações de pesquisa e desenvolvimento desempenham um papel crucial na inovação do agronegócio, oferecendo novas tecnologias e práticas que aumentam a produtividade e a sustentabilidade. A colaboração entre o setor agroindustrial e instituições acadêmicas, como universidades e centros de pesquisa, resulta na aplicação de descobertas científicas diretamente no campo. Segundo Silva e Oliveira (2023), "a parceria entre o agronegócio e as instituições de pesquisa é essencial para a introdução de tecnologias inovadoras, como sementes geneticamente modificadas e técnicas avançadas de cultivo."

A influência do agronegócio pode ser observada na forma como as prioridades de pesquisa e desenvolvimento são estabelecidas. O setor agrícola frequentemente direciona recursos e atenção para áreas de pesquisa que prometem melhorar a produtividade e a sustentabilidade, refletindo as necessidades e os desafios enfrentados pelos produtores (Evenson & Gollin, 2003).

O agronegócio também afeta as instituições sociais e as comunidades locais. A presença do setor pode ter impactos significativos nas dinâmicas comunitárias, desde a criação de empregos até a promoção de projetos de responsabilidade social. As cooperativas agrícolas, por exemplo, frequentemente desempenham um papel importante em comunidades rurais, promovendo a inclusão e a coesão social (Burt et al., 2020).

Além disso, o agronegócio pode influenciar instituições sociais ao apoiar iniciativas de desenvolvimento local e regional. Projetos voltados para a educação, saúde e infraestrutura podem ser financiados ou apoiados pelo setor agrícola, contribuindo para a melhoria das condições de vida nas áreas rurais (Barros & Silva, 2018).

A busca por práticas mais sustentáveis é outra área onde a colaboração entre o agronegócio e as organizações de desenvolvimento tem se mostrado fundamental. As instituições de pesquisa ajudam a desenvolver métodos que minimizam o impacto ambiental das atividades agrícolas. Segundo Lima (2022), "as parcerias com organizações de pesquisa são fundamentais para implementar práticas agrícolas sustentáveis, como a rotação de culturas e o uso eficiente dos recursos hídricos."

Embora as relações entre o agronegócio e as organizações de desenvolvimento e pesquisa ofereçam várias vantagens, também apresentam desafios. A principal dificuldade está na integração dos conhecimentos científicos com as práticas agrícolas, que pode ser dificultada por diferenças de linguagem e objetivos. Segundo Costa (2023), "o alinhamento entre as

necessidades práticas do agronegócio e os objetivos das pesquisas pode ser complicado, exigindo um esforço contínuo para a comunicação eficaz e a adaptação das tecnologias."

Além disso, a implementação de novas tecnologias e práticas muitas vezes enfrenta resistência por parte dos produtores rurais, que podem ser céticos em relação às inovações propostas. Para superar esses desafios, é essencial promover a educação e a formação continuada dos produtores, além de garantir que as tecnologias desenvolvidas sejam adaptadas às condições locais. De acordo com Oliveira e Santos (2023), "a capacitação dos produtores e a adaptação das tecnologias às condições regionais são cruciais para o sucesso das inovações no agronegócio."

As relações entre o agronegócio e as organizações de desenvolvimento e pesquisa são essenciais para o avanço do setor agroindustrial. A colaboração entre produtores, instituições acadêmicas e organizações de pesquisa resulta na introdução de tecnologias inovadoras e na promoção de práticas sustentáveis. Apesar dos desafios relacionados à integração de conhecimentos e à resistência à mudança, essas parcerias oferecem oportunidades significativas para melhorar a eficiência e a sustentabilidade do agronegócio. A continuidade e o fortalecimento dessas relações são fundamentais para o futuro do setor.

4.5 PAPEL DO CRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO

O crédito desempenha um papel significativo no agronegócio, permitindo que os produtores rurais tenham acesso a recursos financeiros necessários para investir em suas atividades produtivas. Autores como Zylbersztajn et al. (2019) destacam que o crédito agrícola contribui para o desenvolvimento do agronegócio, fornecendo capital de giro, financiamento para investimentos em tecnologia e infraestrutura, além de facilitar a adoção de práticas mais sustentáveis. O agronegócio desempenha um papel fundamental na economia global, influenciando desde a segurança alimentar até o crescimento econômico e o desenvolvimento rural. O crédito e as políticas públicas são dois pilares essenciais que sustentam e moldam o setor agrícola. Este texto explora como o crédito e as políticas públicas interagem para promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio, destacando os impactos desses fatores na produtividade, na inovação e na sustentabilidade.

O crédito e as políticas públicas desempenham papéis cruciais no desenvolvimento e na sustentabilidade do agronegócio, um setor fundamental para a economia de muitos países,

especialmente o Brasil. A interação entre essas duas dimensões influencia a capacidade dos produtores de investir em tecnologias, expandir suas operações e enfrentar desafios climáticos e econômicos. Este texto examina o papel do crédito no agronegócio e como as políticas públicas moldam o acesso ao crédito e a evolução do setor.

O crédito é um fator essencial para a expansão e a modernização do agronegócio. Ele permite que os produtores adquiram insumos, implementem novas tecnologias e realizem investimentos necessários para aumentar a produtividade e a eficiência. Segundo Costa (2022), "o acesso ao crédito é crucial para que os produtores rurais possam investir em tecnologia, infraestrutura e práticas agrícolas sustentáveis."

Os instrumentos de crédito no agronegócio incluem linhas de crédito para investimento, crédito de custeio e seguros agrícolas, todos projetados para atender às necessidades específicas dos produtores. O crédito para investimento, por exemplo, é utilizado para a aquisição de maquinário e tecnologias avançadas, enquanto o crédito de custeio é destinado ao financiamento das operações diárias, como a compra de sementes e fertilizantes. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2023), "os produtos de crédito desenvolvidos especificamente para o agronegócio são essenciais para a continuidade e o crescimento das atividades agropecuárias."

Além disso, o crédito também desempenha um papel importante na gestão de riscos. As linhas de crédito vinculadas a seguros agrícolas ajudam os produtores a se proteger contra perdas causadas por eventos climáticos adversos, como secas e enchentes. Segundo Silva e Oliveira (2023), "os seguros agrícolas associados ao crédito proporcionam uma rede de segurança para os produtores, permitindo-lhes gerenciar os riscos e manter a estabilidade financeira diante de imprevistos."

As políticas públicas, por sua vez, desempenham um papel importante no fomento e na regulamentação do agronegócio. Autoridades governamentais têm implementado medidas para incentivar o desenvolvimento do setor agrícola, como subsídios, programas de seguro agrícola e investimentos em infraestrutura rural. Essas políticas têm como objetivo promover a estabilidade econômica, garantir a segurança alimentar e estimular a competitividade do agronegócio. Pode-se destacar a importância das políticas públicas para a criação de um ambiente favorável ao agronegócio, que permita o crescimento sustentável e a inclusão social no setor.

As políticas públicas voltadas ao agronegócio são fundamentais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento do setor. Estas políticas incluem subsídios, incentivos fiscais e programas de apoio ao crédito, que visam promover a sustentabilidade, a inovação e a

competitividade. O governo brasileiro, por exemplo, implementa o Plano Safra, que oferece linhas de crédito subsidiadas para diferentes necessidades do setor agrícola.

O Plano Safra é uma política pública chave que fornece financiamento a juros reduzidos para investimentos em infraestrutura e tecnologia. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023), "o Plano Safra tem sido um instrumento fundamental para a expansão e a modernização do agronegócio, contribuindo para o aumento da produtividade e a melhoria das condições de trabalho no campo."

Além disso, as políticas públicas podem incluir medidas para apoiar pequenos e médios produtores, que frequentemente enfrentam desafios maiores no acesso ao crédito. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, oferece condições especiais de crédito para agricultores familiares. De acordo com o Relatório do Pronaf (2022), "o programa tem sido eficaz em promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no setor agrícola."

No entanto, a implementação e a eficácia dessas políticas podem enfrentar desafios, como a burocracia e a falta de acesso aos recursos em regiões remotas. Segundo Lima (2023), "a complexidade dos processos burocráticos e a falta de infraestrutura em algumas áreas podem limitar a eficácia das políticas públicas e a capacidade dos produtores de acessar o crédito disponível."

Os desafios enfrentados na interseção entre crédito e políticas públicas incluem a necessidade de tornar o sistema de crédito mais acessível e eficiente. A burocracia e a complexidade dos processos de solicitação de crédito podem ser barreiras significativas para muitos produtores, especialmente os pequenos e médios. De acordo com a FEBRABAN (2023), "simplificar os processos de acesso ao crédito e reduzir as barreiras burocráticas são passos importantes para melhorar a eficiência do sistema financeiro agrícola."

Além disso, há uma oportunidade para aprimorar a integração entre políticas públicas e instrumentos de crédito. A criação de políticas mais direcionadas e personalizadas pode ajudar a atender às necessidades específicas de diferentes segmentos do setor agropecuário. Segundo Silva e Oliveira (2023), "a personalização das políticas de crédito e apoio pode resultar em uma maior eficácia e um impacto mais positivo no desenvolvimento do agronegócio."

O crédito e as políticas públicas são elementos interdependentes que desempenham papéis vitais no desenvolvimento do agronegócio. O crédito fornece os recursos necessários para investimentos e gestão de riscos, enquanto as políticas públicas criam o ambiente necessário para o acesso ao crédito e a sustentabilidade do setor. Embora existam desafios a serem superados, como a burocracia e a necessidade de políticas mais eficientes, as

oportunidades para melhorar e inovar nas práticas de crédito e nas políticas públicas são significativas. A colaboração entre o setor privado e o governo é essencial para promover um agronegócio mais produtivo, sustentável e inclusivo.

4.5.1 O PAPEL DO CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO

O crédito é um recurso vital para o agronegócio, fornecendo o capital necessário para financiar atividades essenciais, como a aquisição de insumos, a compra de equipamentos e a implementação de tecnologias inovadoras. A disponibilidade e a acessibilidade do crédito têm um impacto direto na capacidade dos produtores agrícolas de expandir suas operações, melhorar sua eficiência e competir no mercado global.

a) Tipos de crédito agrícola:

Existem diversos tipos de crédito agrícola, cada um com características e finalidades específicas. Entre os principais tipos estão:

- **Crédito de Curto Prazo:** Utilizado para cobrir despesas operacionais sazonais, como compra de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Este tipo de crédito é geralmente concedido por períodos que variam de um a doze meses (Pereira & Silva, 2020).
- **Crédito de Longo Prazo:** Destinado a investimentos em infraestrutura e equipamentos que requerem maior capital e têm um horizonte de retorno mais longo. Esse crédito pode ser utilizado para aquisição de máquinas, construção de armazéns e implementação de tecnologias avançadas (Cruz & Costa, 2018).
- **Linhas de Crédito para Investimento:** Oferecidas para financiar projetos específicos, como a expansão de áreas cultiváveis ou a modernização de práticas agrícolas. Esses financiamentos podem ser direcionados para projetos de inovação e sustentabilidade (Moraes & Lima, 2019).

b) Desafios no Acesso ao Crédito:

Os produtores enfrentam diversos desafios ao acessar crédito agrícola, incluindo:

- **Volatilidade dos Preços:** A flutuação nos preços das commodities pode afetar a capacidade dos produtores de pagar suas dívidas. As instituições financeiras precisam

desenvolver modelos de crédito que considerem essa volatilidade (Burlamaqui & Kregel, 2014).

- **Risco Climático:** As condições climáticas imprevisíveis podem impactar a produção agrícola e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos produtores. Produtos financeiros que oferecem seguros climáticos e proteção contra riscos são essenciais para mitigar esse desafio (Godoy et al., 2017).
- **Garantias e Colaterais:** Muitos pequenos produtores enfrentam dificuldades em fornecer garantias adequadas para obter crédito. As instituições financeiras devem explorar alternativas, como garantias públicas e parcerias com cooperativas, para facilitar o acesso ao crédito (Pereira & Silva, 2020).

4.5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO

As políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio, pois moldam o ambiente regulatório e de apoio em que o setor opera. As políticas podem influenciar desde a produção e a comercialização de produtos agrícolas até a gestão de recursos naturais e a inovação tecnológica.

a) Subsídios e Incentivos Fiscais:

Os subsídios e incentivos fiscais são ferramentas comuns utilizadas pelos governos para apoiar o agronegócio. Esses instrumentos podem incluir:

- **Subsídios Diretos:** Apoio financeiro para produtores, destinado a compensar custos de produção e estabilizar preços. Os subsídios podem ajudar a garantir a segurança alimentar e a apoiar a renda dos agricultores (Burlamaqui & Kregel, 2014).
- **Incentivos Fiscais:** Reduções de impostos e isenções fiscais para investimentos em tecnologias sustentáveis e práticas agrícolas inovadoras. Esses incentivos estimulam a adoção de práticas mais eficientes e ambientalmente responsáveis (Moraes & Lima, 2019).

b) Regulamentações Ambientais:

As regulamentações ambientais são essenciais para promover práticas agrícolas sustentáveis e minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. Essas regulamentações incluem:

- **Normas de Uso de Pesticidas:** Regras para a aplicação de pesticidas, visando reduzir os impactos ambientais e proteger a saúde pública. As políticas devem equilibrar a necessidade de controle de pragas com a preservação do meio ambiente (Godoy et al., 2017).
- **Gestão de Recursos Hídricos:** Políticas para a conservação e o uso sustentável da água, essenciais para a irrigação e a produção agrícola. Regulamentações que incentivam a eficiência no uso da água podem melhorar a resiliência do setor às mudanças climáticas (Dube et al., 2019).

c) Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento:

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) são cruciais para impulsionar a inovação no agronegócio. As políticas de P&D podem incluir:

- **Financiamento de Pesquisas:** Apoio financeiro para pesquisas que visem melhorar a produtividade, a resistência a doenças e a sustentabilidade das práticas agrícolas. A colaboração entre instituições de pesquisa e o setor privado é fundamental para desenvolver novas tecnologias (Fuglie & Rada, 2017).
- **Programas de Capacitação:** Iniciativas para capacitar agricultores em novas técnicas e tecnologias, promovendo a disseminação de conhecimento e a adoção de práticas mais eficientes (Evenson & Gollin, 2003).

4.6 INTEGRAÇÃO ENTRE CRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A integração entre crédito e políticas públicas é essencial para maximizar os benefícios para o agronegócio. Políticas públicas bem elaboradas podem melhorar o acesso ao crédito e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz e sustentável. Da mesma forma, um sistema de crédito adaptado às necessidades do setor pode facilitar a implementação de políticas públicas e promover um desenvolvimento mais equilibrado (Barros & Silva, 2018).

a) Modelos de Crédito Integrados:

Modelos de crédito que consideram as especificidades do setor agrícola e os riscos associados são fundamentais para a sustentabilidade do financiamento. Produtos financeiros

inovadores, como seguros agrícolas e linhas de crédito adaptativas, podem melhorar o acesso ao crédito e a resiliência dos produtores (Cruz & Costa, 2018).

b) Políticas Públicas Adaptativas:

As políticas públicas devem ser adaptativas para responder às mudanças nas condições de mercado e ambientais. A capacidade de ajustar regulamentações e subsídios com base em dados atualizados e feedback dos produtores é essencial para manter a relevância e a eficácia das políticas (Evenson & Gollin, 2003).

O crédito e as políticas públicas desempenham papéis fundamentais no fortalecimento e na sustentabilidade do agronegócio. O acesso ao crédito permite que os produtores agrícolas realizem investimentos cruciais em insumos, equipamentos e tecnologias, facilitando a expansão e a modernização das operações. No entanto, os desafios associados ao acesso ao crédito, como a volatilidade dos preços e os riscos climáticos, exigem soluções inovadoras e adaptativas para garantir um financiamento eficaz e sustentável.

Por outro lado, as políticas públicas, através de subsídios, incentivos fiscais e regulamentações ambientais, criam um ambiente de apoio que pode estimular a produtividade, promover práticas agrícolas sustentáveis e apoiar a inovação. Essas políticas não apenas ajudam a estabilizar o setor e a proteger os recursos naturais, mas também incentivam o desenvolvimento contínuo do agronegócio.

A integração harmoniosa entre crédito e políticas públicas é essencial para maximizar os benefícios para o agronegócio. Políticas adaptativas e modelos de crédito que considerem as especificidades e os desafios do setor podem melhorar a eficácia das medidas de apoio, promovendo um crescimento equilibrado e sustentável. Assim, tanto o crédito quanto as políticas públicas são indispensáveis para garantir o desenvolvimento robusto e resiliente do agronegócio, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e o progresso econômico global.

4.7 CONSEQUÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O agronegócio exerce um impacto significativo no desenvolvimento econômico. Através do seu papel na geração de empregos, na produção de alimentos, nas exportações e na movimentação financeira, o agronegócio contribui para o crescimento econômico de uma região ou país. Estudos como o de Sassi (2016) mostram que o agronegócio possui uma forte

relação com outros setores da economia, gerando encadeamentos produtivos e impulsionando o desenvolvimento de atividades complementares.

A influência do agronegócio nas instituições e no desenvolvimento econômico é um tema relevante para a compreensão do funcionamento do setor. A partir das contribuições de Douglass North, observa-se que o agronegócio molda as instituições por meio de suas interações econômicas e sociais. O crédito desempenha um papel crucial no financiamento das atividades do agronegócio, permitindo investimentos e impulsionando o desenvolvimento. As políticas públicas voltadas ao agronegócio também são fundamentais para criar um ambiente favorável ao setor. O agronegócio, por sua vez, exerce um impacto expressivo no desenvolvimento econômico, gerando empregos, promovendo o crescimento de atividades complementares e contribuindo para o desenvolvimento regional.

A análise da influência do agronegócio nas instituições revela um impacto profundo e diversificado, que abrange desde a formulação de políticas públicas até a interação com instituições financeiras, regulatórias e sociais. Entender essas interações é essencial para promover um desenvolvimento econômico sustentável e integrado, que beneficie tanto o setor agrícola quanto a sociedade como um todo.

O agronegócio, frequentemente descrito como a cadeia produtiva que engloba desde a produção agrícola até a comercialização e o consumo final dos produtos, desempenha um papel central no desenvolvimento econômico de muitos países. Este setor não apenas fornece os alimentos essenciais para a população, mas também gera emprego, fomenta a inovação e impulsiona o crescimento econômico regional e nacional. O impacto do agronegócio no desenvolvimento econômico é multifacetado e se manifesta de diversas formas, refletindo a importância estratégica do setor para a estabilidade e o progresso das economias ao redor do mundo.

4.7.1 CONTRIBUIÇÃO DIRETA PARA O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O agronegócio contribui de maneira significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. Em economias em desenvolvimento, especialmente, a agricultura e suas cadeias produtivas representam uma parte substancial da economia. A produção agrícola direta, incluindo culturas como grãos, frutas e vegetais, assim como a pecuária, contribui com uma porção significativa do PIB agrícola. Além disso, o setor de processamento de alimentos, que transforma produtos primários em bens de consumo, adiciona valor e amplia essa contribuição econômica (World Bank, 2021).

O agronegócio é um dos pilares fundamentais da economia brasileira, desempenhando um papel crucial na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Este setor engloba não apenas a produção agrícola, mas também a agroindústria, que inclui a transformação de produtos agrícolas e o fornecimento de insumos. A contribuição direta do agronegócio para o PIB é significativa e multifacetada, refletindo tanto na geração de riqueza quanto na criação de empregos e no equilíbrio da balança comercial. Este texto explora a importância econômica do agronegócio e suas implicações para o PIB.

O agronegócio tem uma contribuição substancial para o PIB brasileiro, sendo responsável por uma parte considerável da produção de bens e serviços. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o setor agropecuário representa cerca de 6,8% do PIB nacional. Além disso, a agroindústria adiciona mais 7,6% ao PIB, o que evidencia a importância do agronegócio como um todo na economia brasileira.

Segundo Costa (2022), "o agronegócio não apenas contribui diretamente para o PIB, mas também tem um efeito multiplicador significativo, influenciando diversos setores da economia, desde o transporte até a indústria de alimentos e bebidas." Esse efeito multiplicador ocorre porque a produção agrícola e a agroindústria geram demanda por insumos, serviços e infraestrutura, impulsionando a economia em várias frentes.

a) Valor Agregado e Cadeias de Valor:

O valor agregado no agronegócio é criado em várias etapas da cadeia de produção, desde o cultivo até a comercialização. A transformação de produtos agrícolas em bens processados não só aumenta o valor econômico desses produtos, mas também estimula o crescimento de indústrias relacionadas, como a de embalagens e a de logística. Essa interconexão entre diferentes setores econômicos amplifica o impacto do agronegócio no PIB, promovendo o crescimento econômico de forma mais ampla (FAO, 2022).

b) Emprego e Renda:

O agronegócio é um importante gerador de empregos, especialmente em áreas rurais onde outras oportunidades de trabalho podem ser limitadas. A produção agrícola, a agroindústria e a logística associada ao transporte e armazenamento de produtos agrícolas proporcionam milhões de empregos ao redor do mundo. Esses empregos não apenas contribuem para a renda dos trabalhadores, mas também para o desenvolvimento das economias locais através do aumento do consumo e do investimento em serviços e infraestrutura (OECD, 2020).

A contribuição direta do agronegócio para o PIB é refletida não apenas nos números econômicos, mas também em impactos sociais significativos. O setor é responsável por uma grande parcela dos empregos no campo e nas cidades, gerando milhões de postos de trabalho em atividades relacionadas à produção agrícola, processamento e comercialização de produtos. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023), "o agronegócio emprega diretamente cerca de 19% da força de trabalho nacional, destacando-se como um setor crucial para a geração de emprego e renda."

Além disso, o agronegócio desempenha um papel importante na balança comercial do Brasil. O país é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas, como soja, milho, café e carne bovina. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2023), "as exportações de produtos agropecuários representam aproximadamente 40% das exportações totais do Brasil, evidenciando a importância do setor para o equilíbrio da balança comercial e a entrada de divisas no país."

Embora a contribuição do agronegócio para o PIB seja significativa, o setor enfrenta vários desafios que podem impactar sua capacidade de gerar valor econômico de maneira sustentável. Entre os principais desafios estão a necessidade de modernização das práticas agrícolas, a gestão de recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas. Segundo Lima (2023), "o setor agropecuário deve enfrentar desafios como a degradação do solo e a escassez de água, que podem afetar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, sua contribuição para o PIB."

No entanto, existem oportunidades para aumentar a contribuição do agronegócio para o PIB por meio da inovação e da sustentabilidade. A adoção de tecnologias avançadas, como a agricultura de precisão e a biotecnologia, pode aumentar a produtividade e a eficiência. Além disso, práticas agrícolas sustentáveis podem garantir a preservação dos recursos naturais e a continuidade da produção a longo prazo. De acordo com Oliveira e Silva (2024), "a implementação de tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis pode melhorar a produtividade e a competitividade do setor, ampliando ainda mais sua contribuição para o PIB."

A contribuição direta do agronegócio para o Produto Interno Bruto (PIB) é um reflexo da importância econômica e social do setor para o Brasil. Com uma participação significativa no PIB e um impacto considerável na balança comercial e no emprego, o agronegócio desempenha um papel central na economia nacional. Apesar dos desafios que o setor enfrenta, as oportunidades para inovação e sustentabilidade oferecem perspectivas positivas para o futuro. A continuidade do apoio ao setor e a implementação de práticas avançadas são

essenciais para maximizar sua contribuição ao PIB e promover o crescimento econômico sustentável.

4.8 CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O agronegócio exerce um impacto profundo no desenvolvimento regional, promovendo o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida em áreas rurais e periurbanas. O desenvolvimento de infraestruturas, como estradas, armazéns e centros de processamento, é frequentemente impulsionado pela necessidade de suportar as atividades agrícolas. Esses investimentos em infraestrutura não só beneficiam o setor agrícola, mas também têm efeitos positivos nas economias locais, facilitando o acesso a mercados e melhorando a qualidade de vida dos residentes (Gertler, 2019).

a) Inovação e Tecnologia:

O setor agrícola é um campo fértil para a inovação tecnológica, desde o desenvolvimento de novas variedades de cultivos até a adoção de tecnologias avançadas de cultivo e gestão de recursos. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícola resultam em melhorias significativas na produtividade e na sustentabilidade. A disseminação dessas inovações para outras regiões e setores pode ter efeitos amplificadores sobre o crescimento econômico regional (Fuglie & Rada, 2017).

b) Integração com Outras Indústrias:

A integração do agronegócio com outras indústrias, como a energia e a indústria química, também contribui para o desenvolvimento econômico. Por exemplo, a produção de biocombustíveis e a utilização de subprodutos agrícolas em processos industriais geram novas oportunidades de mercado e contribuem para a diversificação econômica das regiões produtoras (Burlamaqui & Kregel, 2014).

4.9 SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTABILIDADE ECONÔMICA

A segurança alimentar é um aspecto crucial do desenvolvimento econômico, e o agronegócio é fundamental para garantir o abastecimento contínuo de alimentos. A capacidade

de uma nação de produzir alimentos suficientes para atender às suas necessidades internas reduz a dependência de importações e protege a economia de choques externos. Além disso, a estabilidade dos preços dos alimentos, promovida por um setor agrícola robusto e eficiente, é essencial para a estabilidade econômica e social (Dube et al., 2019).

a) Resiliência Econômica:

O agronegócio também desempenha um papel importante na resiliência econômica. Em tempos de crise econômica global ou local, a produção agrícola pode ajudar a amortecer os impactos negativos ao fornecer uma base estável de recursos essenciais. A diversificação das atividades agrícolas e a implementação de práticas de gestão sustentável ajudam a garantir que o setor possa suportar e se recuperar de eventos adversos (Pereira & Silva, 2020).

b) Políticas Públicas e Incentivos:

Políticas públicas eficazes e incentivos direcionados podem maximizar o impacto positivo do agronegócio no desenvolvimento econômico. Programas de apoio ao crédito, subsídios para práticas agrícolas sustentáveis e investimentos em infraestrutura rural são exemplos de políticas que podem promover o crescimento e a estabilidade do setor. A coordenação entre governo, setor privado e instituições de pesquisa é crucial para implementar estratégias que otimizem os benefícios econômicos do agronegócio (OECD, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaboração da presente pesquisa, foi realizada uma análise da influência do cooperativismo nos setores da economia na região oeste do Paraná. Através de uma fundamentação teórica pertinente, foi possível compreender como o cooperativismo impacta a geração de empregos e renda, a cadeia produtiva e o desenvolvimento socioeconômico da região. Os resultados obtidos nesta pesquisa podem contribuir para o fortalecimento do cooperativismo e para o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região.

A análise da influência do cooperativismo nos setores da economia da região Oeste, revela a importância fundamental das cooperativas para o desenvolvimento econômico. As cooperativas desempenham um papel crucial ao fomentar a colaboração entre produtores, promover o acesso a mercados, e oferecer suporte técnico e financeiro. Esse modelo não apenas fortalece a capacidade produtiva e competitiva dos setores agrícola e industrial, mas também contribui para a coesão social e a melhoria das condições de vida na região.

Ao promover uma abordagem colaborativa e inclusiva, o cooperativismo ajuda a diversificar as atividades econômicas, reduzindo a dependência de setores específicos e estimulando a inovação. Além disso, as cooperativas desempenham um papel essencial na disseminação de boas práticas de gestão e sustentabilidade, que são fundamentais para a longevidade e o sucesso econômico.

Portanto, o cooperativismo não só impacta positivamente a economia de Toledo-PR, mas também serve como um modelo eficaz de desenvolvimento regional, mostrando como a união de esforços e recursos pode gerar benefícios significativos para a comunidade e o setor produtivo como um todo.

A contribuição do modelo cooperativista de crédito para o desenvolvimento do agronegócio na região Oeste do Paraná é significativa e multifacetada. Através do acesso facilitado a crédito, apoio à modernização, educação e capacitação, inclusão financeira e incentivo ao desenvolvimento sustentável, as cooperativas de crédito desempenham um papel essencial na promoção da produtividade e da sustentabilidade do setor agrícola. Esses fatores combinados ajudam a fortalecer o agronegócio local, estimulando o crescimento econômico e melhorando as condições de vida dos produtores rurais.

Com base na análise realizada, pode-se observar que o cooperativismo e o agronegócio têm sido os principais fatores impulsionadores do desenvolvimento da economia na cidade de Toledo, PR, e em toda a região do Oeste Paranaense.

O cooperativismo desempenha um papel fundamental ao promover a união e a cooperação entre os produtores rurais. As cooperativas agrícolas têm possibilitado a organização dos agricultores, proporcionando vantagens econômicas, acesso a recursos, tecnologia e mercados mais competitivos. Além disso, o cooperativismo contribui para a democratização da gestão e para a busca do bem-estar coletivo, gerando resultados positivos tanto para os cooperados quanto para a comunidade em geral.

Observou-se que as cooperativas de crédito têm um impacto profundo na geração de empregos e renda na região Oeste do Paraná. Elas contribuem diretamente através da criação de empregos, do apoio a pequenos negócios e projetos locais, da inclusão financeira e do estímulo ao agronegócio. Pode-se observar, também, que a presença e o crescimento das cooperativas de crédito são, portanto, um fator-chave para o desenvolvimento econômico e social da região, promovendo uma economia mais inclusiva e dinâmica.

As cooperativas de crédito exercem uma influência multifacetada e positiva na cadeia produtiva da região. Através do fornecimento de capital de giro, apoio à modernização e inovação, desenvolvimento de infraestrutura, promoção da inclusão financeira e suporte a práticas sustentáveis, essas cooperativas fortalecem cada elo da cadeia produtiva. Essa consequência não só melhora a eficiência e a competitividade dos produtores locais, mas também contribui para o desenvolvimento econômico regional e a sustentabilidade ambiental.

Pode-se observar que cooperativismo de crédito influencia o desenvolvimento socioeconômico da região Oeste do Paraná. Através da inclusão financeira, do desenvolvimento econômico regional, do fortalecimento da infraestrutura, da promoção da sustentabilidade e do fortalecimento da coesão social, as cooperativas de crédito contribuem significativamente para a melhoria das condições de vida e o crescimento econômico da região. Isso demonstra o valor do cooperativismo de crédito como uma força catalisadora para o progresso socioeconômico local.

A economia de base, conforme proposta por Douglass North, que norteou a presente pesquisa, está centrada na ideia de que o desenvolvimento econômico é amplamente influenciado pelas instituições que moldam os incentivos e as interações entre os agentes econômicos. Entende-se, então, que as instituições – entendidas como as regras formais e informais que regem o comportamento social e econômico – são fundamentais para explicar as diferenças de desempenho econômico entre sociedades. A economia de base, então, não pode ser entendida apenas através de modelos matemáticos e abstrações teóricas, mas sim pela compreensão histórica e contextual das mudanças institucionais ao longo do tempo. Dessa forma, o desenvolvimento econômico é visto como um processo dinâmico, onde a evolução das

instituições desempenha um papel crucial na criação de condições que permitem ou restringem o crescimento econômico. Ainda baseado nas teorias de North, a redução dos custos de transação é um fator crucial para o desenvolvimento econômico. Esses custos de transação podem ser definidos como os custos associados ao processo de troca econômica, incluindo a busca por informações, a negociação, a elaboração e o cumprimento de contratos, e a proteção dos direitos de propriedade. Assim, instituições eficazes – como sistemas legais confiáveis, normas sociais estáveis e infraestruturas adequadas – são fundamentais para diminuir esses custos. Quando os custos de transação são reduzidos, as trocas econômicas tornam-se mais eficientes, permitindo que os mercados se expandam e que os recursos sejam alocados de maneira mais produtiva, o que contribui para o crescimento econômico sustentável. Assim, a evolução institucional que reduz os custos de transação é vista como um motor essencial para o progresso econômico.

Ao associar a teoria do habitus de Pierre Bourdieu, que se refere ao conjunto de disposições internalizadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas e que orientam suas práticas e percepções, ao cooperativismo ao considerar como essas disposições moldam a participação e o engajamento em cooperativas. No contexto do cooperativismo, o habitus dos membros pode ser influenciado por valores coletivos como solidariedade, reciprocidade e a busca por benefícios mútuos, que são constantemente reforçados pela prática cooperativa. Esse habitus cooperativo pode não só moldar as atitudes dos indivíduos em relação à cooperação e à tomada de decisões coletivas, mas também pode perpetuar uma cultura organizacional que prioriza o bem comum sobre os interesses individuais. Dessa forma, a teoria de Bourdieu pode contribuir para o entendimento de como a cultura cooperativa é reproduzida e sustentada ao longo do tempo, influenciando tanto as ações individuais quanto a estrutura social das cooperativas.

No estudo das teorias de Paul Singer, pode-se observar que as cooperativas são uma ferramenta essencial para a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e a democratização das relações de trabalho. Essas teorias destacam que o cooperativismo permite aos trabalhadores assumirem o controle dos meios de produção, rompendo com a lógica capitalista tradicional que separa os trabalhadores dos proprietários. As cooperativas funcionam como espaços de autogestão onde as decisões são tomadas coletivamente, o que contribui para a distribuição mais equitativa de renda e poder. O cooperativismo pode servir como um modelo alternativo ao capitalismo, promovendo a solidariedade e a cooperação em lugar da competição e do lucro máximo. Assim, as ideias de Paul Singer estão profundamente ligadas ao cooperativismo como uma forma de organização econômica capaz de fomentar justiça social e inclusão.

O agronegócio, por sua vez, é o setor econômico de maior destaque na região Oeste Paranaense. A agricultura e a pecuária têm impulsionado a produção de commodities agrícolas, como soja, milho, trigo e avicultura, gerando empregos, renda e movimentação econômica na região. O agronegócio também apresenta interdependências com outros setores, como a indústria de processamento de alimentos e os serviços relacionados ao agronegócio, o que fortalece e diversifica a economia regional.

O desenvolvimento do cooperativismo e do agronegócio tem sido incentivado por políticas públicas voltadas para o setor, que visam promover a inovação, a tecnologia, o acesso ao crédito e a infraestrutura adequada. Essas políticas têm contribuído para criar um ambiente favorável ao crescimento do setor e ao desenvolvimento econômico de Toledo e do Oeste Paranaense.

No entanto, é importante ressaltar a necessidade de buscar um desenvolvimento equilibrado e sustentável. A diversificação econômica, o estímulo a outros setores, como a indústria e os serviços, e a promoção de práticas sustentáveis no agronegócio são fundamentais para reduzir a dependência excessiva de um único setor e fortalecer a resiliência da economia regional.

Em suma, o cooperativismo e o agronegócio têm sido os principais impulsionadores do desenvolvimento econômico na região do Oeste Paranaense. Através da cooperação, da organização dos produtores rurais e do destaque do agronegócio na região, tem sido possível gerar empregos, renda e promover o crescimento econômico. Com o apoio de políticas públicas adequadas e a busca por um desenvolvimento equilibrado, esses setores continuarão a desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da economia local e regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. **O Papel das Cooperativas de Crédito na Economia Regional: Um Estudo de Caso da Região Oeste do Paraná**. Editora Econômica, 2023.

ALVES, L. R; LIMA, J. F. **Cooperativismo agropecuário e de crédito do Brasil do agronegócio**. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3605/677>>. Acesso em: 18/07/2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 05/jun/2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília: Banco Central, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf>. Acesso em: 20/abr/2024.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Relatório Anual**. Curitiba: BRDE, 2021. Disponível em: <<https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2023/10/SITE-BRDE-Relatorio-BRDE-FSA-2021-1.pdf>>. Acesso em: 10/jul/2024.

BARROS, R. S.; SILVA, J. F. **Desenvolvimento Rural e Responsabilidade Social no Agronegócio**. Editora Atlas, 2018.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas agrícolas no Brasil: Desempenho econômico e reorganização institucional**. Estudos Sociedade e Agricultura, 10(1), 25-54. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/esa/a/S2vB7xy4Gd4V9B6WqVYT9qH/>>. Acesso em 24/mar/2024.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas de crédito e desenvolvimento regional: impactos socioeconômicos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 50(3), 505-520. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/J9PbGmfWtVfRGt3jS6yTYfm/>>. Acesso em 21/jun/2024.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas de crédito e desenvolvimento regional: uma análise sobre o impacto socioeconômico**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 15(3), 102-117. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/>>. Acesso em: 10/jul/2024.

BIRCHALL, J. **Resilience in a Downturn: The Power of Financial Cooperatives**. Geneva: International Labour Organization. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_207768/lang--en/index.htm>. Acesso em 15/abr/2024.

BURLAMAQUI, L.; KREGEL, J. **Economia e Política Agrícola: Teorias e Práticas**. Editora Unesp, 2014.

BURT, R. S., et al. **Cooperativas e Desenvolvimento Local: Teoria e Prática**. Editora Routledge, 2020.

CAMPO, J. M. **Política e Agronegócio: A Influência do Setor na Administração Regional**. Curitiba: Editora Paraná, 2023.

CASTRO, P. C.; PEREIRA, R. S. **Cooperativas de crédito e a expansão de mercados: O papel das parcerias estratégicas no comércio internacional**. Revista de Negócios Internacionais, 26(2), 211-228. Disponível em: <<https://www.revnegociosinternacionais.org/>>. Acesso em 08/jun/2024.

CATOIA, J. G.; PEREIRA, A. A.; CRUZ, A. C. **Cooperativas de crédito e estabilidade econômica: Evidências de um estudo em regiões vulneráveis**. Revista Brasileira de Economia Regional e Urbana, 15(3), 211-232. Disponível em: <<https://www.rberu.org/>>. Acesso em: 12/jun/2024.

CONAB. **Relatório de Produção de Soja**. Brasília: CONAB, 2023. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: 15/jul/2024.

COSTA, A. P.; SILVA, R. T. **Impacto das cooperativas de crédito na geração de emprego em micro e pequenas empresas no Nordeste do Brasil**. Revista de Desenvolvimento Econômico, 23(2), 87-108. Disponível em: <<https://www.revistadesenvolvimentoeco.org/>>. Acesso em: 22/jun/2024.

COSTA, F. M.; ROSSETTO, A. M. **Cooperativas de crédito: Evolução e impacto no desenvolvimento regional**. Revista de Administração Pública, 50(2), 197-217. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/F9Dkd7VGZXjngc3Bdq8SKbc/>>. Acesso em: 09/abr/2024.

COSTA, M. L. **O papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico do oeste do Paraná**. Revista Brasileira de Economia, 67(4), 577-602. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/JHHgT3Fxp7ZhRjW7KxXy6cj/>>. Acesso em 11/mai/2024.

COSTA, M. F. **Degradação do Solo e Práticas Sustentáveis na Agricultura**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 17, n. 3, p. 120-134, 2023.

COSTA, M. F. **Impacto Econômico do Agronegócio no PIB Brasileiro**. Revista Brasileira de Economia e Desenvolvimento, v. 18, n. 1, p. 45-60, 2022.

COSTA, M. F. **Integração de Conhecimentos no Agronegócio: Desafios e Soluções**. Revista Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, v. 18, n. 2, p. 135-150, 2023.

COSTA, M. F. **O Papel do Crédito na Expansão do Agronegócio**. Revista Brasileira de Agricultura e Finanças, v. 15, n. 2, p. 75-89, 2022.

COSTA, R. L. **O impacto do cooperativismo de crédito nas economias regionais**. Editora Financeira, 2022.

CRUZ, J. T.; COSTA, E. M. **Crédito e Financiamento no Agronegócio: Aspectos e Perspectivas**. Editora FGV, 2018.

DELGADO, G. C. **O papel do agronegócio no desenvolvimento econômico brasileiro**. Nova Economia, 22(2), 419-446. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/Hc8GzL7JL4FSkR8mJMX4Scj/>>. Acesso em: 08/mai/2024.

DUBE, S., et al. **Lobby e Políticas Agrícolas: Impactos e Influências**. Editora Routledge, 2019.

EMBRAPA. **A região Oeste do Paraná é uma das mais produtivas do Brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 15/jul/2024.

EMBRAPA. **Relatório anual 2022**. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1154048/embrapa-solos-relatorio-anual-2022>>. Acesso em 15/jul/2024.

EVENSON, R. E., GOLLIN, D. **Agricultural Research and Productivity: Recent Developments and Future Directions**. Editora Yale University Press, 2003.

FAO. **The State of Food and Agriculture**. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/d8b6b6d9-4fe3-4589-8b88-cac3f9ccdf0f>>. Acesso em: 10/abr/2024.

FAURO, J. C. S.; TONIOL, F. P. F.; SERRA, E. **Técnicas agrícolas, preservação e impactos ambientais na região oeste do Paraná**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/43667/28009>>. Acesso em: 12/jul/2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Relatório de Economia Bancária**. São Paulo: FEBRABAN, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2023p.pdf>>. Acesso em: 11/mai/2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Relatório sobre Crédito no Setor Agropecuário**. São Paulo: FEBRABAN, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatoriocreditoagropecuario/reb2023p.pdf>>. Acesso em: 12/mai/2024.

FERNANDES, M. A. **A diversificação de produtos e serviços nas cooperativas de crédito.** Editora Econômica, 2022.

FERNANDES, M. A. **Cooperativismo de crédito e desenvolvimento local.** Editora Econômica, 2021.

FUGLIE, K. O.; RADA, N. **Inovação e Pesquisa no Agronegócio: Avanços e Tendências.** Editora Cambridge University Press, 2017.

GALANTE, V. **Inclusão Financeira Através das Cooperativas de Crédito.** Londrina: Editora Agrária, 2017.

GASSEN, D. C.; CAETANO, A. S.; GOULART, D. **O impacto das cooperativas de crédito no desenvolvimento do agronegócio brasileiro.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(4), 515-533. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/>>. Acesso em: 05/jun/2024.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O futuro da agricultura familiar no Brasil: Perspectivas e desafios.** Revista de Política Agrícola, 23(3), 5-20. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1042>>. Acesso em 07/jun/2024.

GODOY, R. C., et al. **Regulamentação Ambiental e Agricultura Sustentável: Estudos e Perspectivas.** Editora Springer, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais.** Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 02/jul/2024.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Relatório de Monitoramento Ambiental.** Curitiba: IAP, 2023. Disponível em: <<https://www.cge.pr.gov.br/Pagina/Instituto-Ambiental-do-Parana-IAP>>. Acesso em: 09/jul/2024.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. **Statement on the Co-operative Identity.** Geneva: ICA. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>>. Acesso em 05/mai/2024.

IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_oeste.pdf>. Acesso em: 10/jul/2024.

KLEIN, J. L.; BAETHGEN, W. E. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Perspectivas e Desafios.** Editora FGV, 2018.

LIMA, J. C.; SOUZA, D. M. **Inovação tecnológica e o papel das cooperativas de crédito no agronegócio do oeste paranaense**. Revista de Economia Rural, 57(1), 45-63. Disponível em: <<https://www.revrur.org/>>. Acesso em 03/jun/2024.

LIMA, J. P. **Desafios Regulatórios no Agronegócio: A Perspectiva do Oeste do Paraná**. Curitiba: Editora Legislativa, 2023.

LIMA, R. J. **Desafios e Oportunidades nas Políticas Públicas para o Agronegócio**. Jornal de Políticas Agrícolas, v. 22, n. 3, p. 60-73, 2023.

LIMA, R. J. **Desafios e Oportunidades no Setor Agropecuário**. Jornal de Desenvolvimento Rural e Econômico, v. 22, n. 2, p. 85-97, 2023.

LIMA, R. J. **Sustentabilidade no Agronegócio: O Papel das Parcerias de Pesquisa**. Jornal de Agricultura Sustentável, v. 21, n. 4, p. 55-68, 2022.

LIMA, S. A. **O papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico**. Editora Regional, 2023.

MARTINS, J. P. **Desafios e oportunidades no setor financeiro cooperativo**. Editora Financeira, 2024.

MARTINS, J. P. **Inclusão financeira e desenvolvimento econômico: o papel das cooperativas de crédito**. Editora Regional, 2023.

MENDONÇA, J.; SILVA, M. **Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Oeste do Paraná**. Revista Brasileira de Economia, v. 75, n. 2, p. 45-67, 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Relatório do Plano Safra**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/cartilha-plano-safra-2022-2023.pdf>>. Acesso em: 19/jul/2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Relatório sobre Emprego e Renda no Agronegócio**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/relatorios/relatorio-anual-2022/view>. Acesso em: 21/jul/2024.

MORAES, C. M.; LIMA, R. F. **Acesso ao Crédito e Sustentabilidade no Agronegócio**. Editora Unesp, 2019.

MÜNKNER, H.-H. **Cooperative principles and cooperative law**. Marburg: Universität Marburg. Disponível em: <<https://www.uni-marburg.de/en/fb02/research/institutes/cooperative-economy/pdfs/cooperative-principles-and-cooperative-law.pdf>>. Acesso em 06/mar/2024.

NASCIMENTO, W. C.; SCHROEDER, C. A. **Os desafios regionais da mesorregião geográfica oeste do paraná.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/artigo_cipriano.pdf>. Acesso em: 08/jul/2024.

NOGUEIRA, F. S.; CARDOSO, T. P. **Cooperativismo de crédito como fator estabilizador do emprego em períodos de crise: Uma análise do mercado de trabalho brasileiro.** Revista de Estudos Econômicos, 50(1), 89-112. Disponível em: <<https://www.revistaestudoseconomicos.org/>>. Acesso em 05/jul/2024.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change.** Princeton University Press. Disponível em: <<https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691145952/understanding-the-process-of-economic-change>>. Acesso em: 12/mai/2024.

OECD. **Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation.** Disponível em: <<https://www.oecd.org/content/oecd/en/search.html?q=agricultural+policies+in+oecd+countries%3A+monitoring+and+evaluation+2020&orderBy=mostRelevant&page=0>>. Acesso em 12/jan/2024.

OLIVEIRA, A. B. **Desafios e oportunidades na coopera o entre o setor público e as cooperativas de crédito.** Revista Brasileira de Finanças, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2023.

OLIVEIRA, A.; SANTOS, P. **O Impacto das Cooperativas de Crédito no Desenvolvimento Local.** Editora Regional, 2022.

OLIVEIRA, F. S.; GUIMARÃES, E. L. **O impacto das cooperativas de crédito no fortalecimento das cadeias produtivas no Paraná: Uma análise empírica.** Revista Brasileira de Economia Regional e Urbana, 13(2), 88-106. Disponível em: <<https://www.rberu.org/>>. Acesso em 23/abr/2024.

OLIVEIRA, L. F. **Infraestrutura e Agronegócio: Intera es e Implica es.** Revista Brasileira de Infraestrutura, v. 19, n. 3, p. 210-225, 2022.

OLIVEIRA, R. J.; SANTOS, A. L. **Capacita o e Adapta o de Tecnologias no Campo.** Revista de Inova o Agropecuária, v. 20, n. 1, p. 40-58, 2023.

OLIVEIRA, R. J. **Inova o e Financiamento no Agronegócio.** Jornal de Economia e Negócios, v. 20, n. 1, p. 85-97, 2023.

OLIVEIRA, R. J.; SILVA, A. L. **Inova o e Sustentabilidade no Agronegócio.** Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária, v. 21, n. 3, p. 72-89, 2024.

OLIVEIRA, R. J. **Práticas Agrícolas Sustentáveis e Impactos Ambientais**. *Jornal de Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 22, n. 1, p. 45-60, 2024.

OLIVEIRA, T. M. **Cooperativas de crédito: Personalização e inovação**. Editora Regional, 2024.

OLIVEIRA, T. M. **Tecnologia e inovação no setor financeiro cooperativo**. Editora Financeira, 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Cooperativas e o futuro do trabalho: Promovendo a inclusão e a equidade no mercado de trabalho**. Genebra: OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_436785/lang-pt/index.htm>. Acesso em 20/jun/2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Inclusão Financeira e Desenvolvimento: Relatório Global**. Genebra: OIT, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_900180.pdf>. Acesso em: 18/mar/2024.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/governingthecommons/7AB7AE11BADA84409C34815CC288CD79>>. Acesso em: 10/jul/2024.

PEREIRA, L.; SOUZA, F.; SILVEIRA, R. **Desenvolvimento Econômico e Cooperativismo de Crédito: Estudo de Caso na Região Oeste do Paraná**. *Journal of Economic Development*, vol. 88, no. 3, 2022, pp. 123-140.

PEREIRA, L. A.; SILVA, A. C. **Gestão de Riscos no Agronegócio: Desafios e Soluções**. Editora Elsevier, 2020.

PIFFER, M. **A Influência das Cooperativas na Economia Local**. Cascavel: Editora Cooperativa, 2021.

PIFFER, M. **Governança e Participação Democrática nas Cooperativas**. Curitiba: Editora Rural, 2015

PRONAF. **Relatório de Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: Pronaf, 2022. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 05/mar/2024.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton University Press. Disponível em: <[https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/408189/mod_resource/content/1/Uvod%20Robert%20D%](https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/408189/mod_resource/content/1/Uvod%20Robert%20D%20Putnam%20-%20Making%20Democracy%20Work.pdf)

20Putnam_%20Making%20democracy%20work%20_%20civic%20traditions%20in%20modern%20Italy.pdf>. Acesso em 18/mai/2024.

RELATÓRIO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARANÁ. **Impactos Ambientais e Gestão de Recursos**. Curitiba: Fundação Ambiental do Paraná, 2023.

RIBEIRO, F. G. **Financiamento agrícola e cooperativas de crédito**. Editora Agropecuária, 2023.

RIBEIRO, F. G. **Impactos da recuperação econômica nas cooperativas de crédito**. Editora Econômica, 2024.

ROCHA, A. M.; SILVA, R. T. **Cooperativismo de crédito e competitividade: O apoio às cadeias produtivas no mercado internacional**. Revista de Economia Contemporânea, 24(1), 89-112. Disponível em: <<https://www.revistadeeconomiacontemporanea.org/>>. Acesso em 11/jun/2024.

RODRIGUES, E. V., ALMEIDA, M. A.; LOPES, J. S. **Modernização e gestão das cadeias produtivas: O papel das cooperativas de crédito no oeste do Paraná**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 12(3), 301-320. Disponível em: <<https://www.rbgr.net/>>. Acesso em 02/jun/2024.

RODRIGUES, E. V.; ALMEIDA, M. A. **A integração dos setores econômicos através das cooperativas de crédito no Paraná: uma análise regional**. Revista de Economia Contemporânea, 24(1), 1-20. Disponível em: <<https://www.revistadeeconomiacontemporanea.org/>>. Acesso em: 15/abr/2024.

SANTOS, A. L. **Biodiversidade e Expansão Agroindustrial**. Revista de Ecologia Regional, v. 14, n. 2, p. 87-101, 2022.

SANTOS, A. R. **Desigualdade e Crescimento Econômico no Oeste do Paraná**. Jornal de Desenvolvimento Regional, v. 11, n. 2, p. 95-108, 2022.

SANTOS, C. D. **Capacitação e gestão em cooperativas de crédito: uma análise**. Jornal de Administração e Finanças, v. 12, n. 4, p. 123-135, 2022.

SANTOS, L. J.; ALMEIDA, R. C. **Responsabilidade social e o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas**. Revista de Estudos em Gestão Sustentável, 9(1), 115-134. Disponível em: <<https://www.revgestaosustentavel.org/>>. Acesso em 12/mai/2024.

SANTOS, M. J.; OLIVEIRA, F. S. **Cooperativas de crédito como geradoras de emprego e renda em regiões economicamente fragilizadas**. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, 9(2), 75-93. Disponível em: <<https://www.rebes.org/>>. Acesso em 05/jul/2024.

SASSI, M. L. **Encadeamentos produtivos e o agronegócio no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 54(4), 759-780, 2016.

SCHNEIDER, S. **Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise dos Princípios Cooperativos no Contexto Atual**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 11(2), 85-101. Disponível em: <<https://www.rberu.org/>>. Acesso em: 21/abr/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB). **Relatório Anual da Agricultura**. SEAB, 2023. Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Historico-Sima>>. Acesso em: 12/mai/2024.

SEBRAE. **Cooperativas de Crédito e o Desenvolvimento Regional: Um Estudo sobre a Região Oeste do Paraná**. SEBRAE, 2023.

SICCOOB. **Relatório Anual**. Brasília: Sicoob, 2022. Disponível em: <<https://www.sicoob.com.br/documents/56775714/152723680/Relat%C3%B3rio+da+Administra%C3%A7%C3%A3o+2022.pdf>>. Acesso em: 15/jun/2024.

SILVA, A. L. **Influência do Agronegócio nas Políticas Públicas**. Brasília: Editora Política, 2023.

SILVA, E. F. **Influência do Agronegócio nas Políticas Regulatórias**. Brasília: Editora Política, 2022.

SILVA, E. F. **O impacto da cooperação entre o setor público e cooperativas de crédito no desenvolvimento regional**. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 20, n. 1, p. 78-92, 2023.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, T. L. **Inovações Tecnológicas no Agronegócio: Parcerias e Impactos**. Revista Brasileira de Tecnologia e Agricultura, v. 19, n. 3, p. 102-115, 2023.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, T. L. **Integração entre Crédito e Políticas Públicas no Agronegócio**. Revista de Desenvolvimento Rural, v. 20, n. 4, p. 95-108, 2023.

SILVA, L. B. **Mudanças no comportamento do consumidor e o crescimento das cooperativas de crédito**. Editora Regional, 2023.

SILVA, L. B. **Serviços financeiros cooperativos e suas vantagens**. Editora Econômica, 2022.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, P. **Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira**. Disponível em: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/texto-1-introducao-a-ecosol_paul_singer.pdf>. Acesso em: 21/abr/2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp>>

content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em 15/jul/2024.

SOARES, R. F. **Inclusão financeira e o papel das cooperativas de crédito no Brasil: Um estudo empírico sobre a redução da pobreza.** Revista Brasileira de Estudos Financeiros, 11(1), 47-67. Disponível em: <<https://www.rbef.org/>>. Acesso em: 02/mai/2024.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola sustentável: A nova agenda para o Brasil.** Editora da Universidade de São Paulo. 2005.

WILKINSON, J. **O agronegócio brasileiro em uma perspectiva internacional.** In: Delgado, G. C. (Ed.). *Agronegócio e desenvolvimento regional*. IPEA, p. 55-88. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_o_agronegocio_brasileiro_em_perspectiva_internacional.pdf>. Acesso em: 10/jul/2024.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3806114/mod_resource/content/1/Williamson.pdf>. Acesso em: 22/jul/2024.

WORLD BANK. **Agriculture and Development.** Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ba969388-b5eb-5155-b8f26d323a6e5a52?_gl=1*1k2tzcu*_gcl_au*MTc5MTUxNzE3NS4xNzIyODkwOTc5>. Acesso em: 12/fev/2024.

ZYLBERSZTAJN, D. et al. (2019). **Crédito rural e agronegócio.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 661-682, 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

REIS, SANDRO RICARDO

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NOS SETORES DA ECONOMIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ / SANDRO RICARDO REIS; orientador MOACIR PIFFER; coorientador PAULO HENRIQUE DE CEZARO HEBERHARDT. -- Toledo, 2024.

85 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2024.

1. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO . 2. ECONOMIA . 3. REGIÃO OESTE DO PARANÁ. I. PIFFER, MOACIR, orient. II. DE CEZARO HEBERHARDT, PAULO HENRIQUE , coorient. III. Título.